

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cláudia Elizabete dos Santos Augusto

**RESSIGNIFICANDO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: PROPOSTA DE DIÁLOGO ENTRE FAMÍLIA E  
ESCOLA**

Belo Horizonte

2012

Cláudia Elizabete dos Santos Augusto

**RESSIGNIFICANDO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: PROPOSTA DE DIÁLOGO ENTRE FAMÍLIA E  
ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação e Relações Étnico-Raciais, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador (a): Elânia Oliveira

Belo Horizonte

2012

## Ficha catalográfica

A large, empty rectangular box with a thin black border, positioned centrally below the title. It is intended for entering cataloging data.

Cláudia Elizabete dos Santos Augusto

**RESSIGNIFICANDO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: PROPOSTA DE DIÁLOGO ENTRE FAMÍLIA E  
ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Nome da Área, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Aprovado em 14 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

---

Elânia Oliveira - Faculdade de Educação da UFMG

---

Nome Convidado - Faculdade de Educação da UFMG

## RESUMO

A proposta deste plano de ação foi discutir as Relações Étnico-Raciais no espaço da educação infantil, na tentativa de contribuir para o rompimento dos rótulos negativos forjados sobre negros e índios ao longo da nossa história. A orientação dos profissionais da escola e das famílias dos alunos foi um dos nossos objetivos. Os primeiros contatos com os colegas e famílias se deram a partir da fixação de cartazes e frases sobre o tema por toda a escola. Tal ação contribuiu para o início de uma reflexão coletiva. Através do envio de bilhetes, as agendas se consolidaram como um grande instrumento de comunicação entre as famílias e a escola. A criação de duas revistas intituladas Relações Étnico-Raciais permitiu um diálogo institucional entre essas duas instâncias. A primeira revista foi dirigida às famílias, restringindo-se ao grupo menor, correspondente a uma turma. A segunda revista foi direcionada às educadoras, gestão e demais profissionais. Ao longo das páginas, cada participante teve a liberdade de registrar suas impressões sobre o tema da forma que os tocasse. A culminância do plano de ação se deu através do 1º Seminário Sobre Educação e Relações Étnico-Raciais na Infância, ocorrido no dia 28 de outubro de 2011, tendo como participantes as famílias, os funcionários e convidados.

Palavras-Chave: Relações Étnico-Raciais -Infância- Família-Escola

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por todas as bênçãos

Ao Augusto meu grande companheiro e amado marido

Às minhas três Aninhas, filhas queridas e amores da minha vida

À minha amada mãe Maria e irmãos Cássia e Paulo, pela torcida e compreensão

À minha orientadora Elânia de Oliveira, pelas preciosas intervenções

À professora Shirley Miranda (FAE/LASEB), pelo carinho e incentivo

À Rosa Margarida pela sensibilidade

À Adriana Nascimento (contadora de histórias)

Às colegas do LASEB: Danielle, Ilza, Izabel, Edilene e Rita

À querida amiga Jucirlene que me ajudou a ler a vida nos mínimos detalhes

Às queridas amigas Danielle e Rosa Solange que sempre torceram por mim

Às colegas da UMEI que viveram este sonho comigo

Ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação FAE/LASEB/UFMG e PBH pela oportunidade.

## **TEMPO**

*Cláudia Elizabete*

Nos últimos meses resgatei  
Uma estudante adormecida, uma leitora afoita e  
Uma educadora ainda mais atenta  
Ao processo de ensino/aprendizagem

Meu mérito?  
Ter aprendido a burlar meu maior adversário: O tempo  
Compreendendo que devo organizar minhas prioridades e planos  
Dando-lhes o destaque que preferir

Aos estudos, dei um espaço maior que esperava  
Minha entrega foi inevitável!  
Foram tantas descobertas e  
Não consegui conter meu espírito pesquisador

Dialoguei com autores  
Questionei, concordei, reverenciei  
Com vários me identifiquei  
Com alguns simplesmente me impressionei!

Despedida só para a pós  
Mas não para os estudos  
A semente foi plantada e  
Agora a vontade de prosseguir é ainda maior.

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	9
<b>2. INTRODUÇÃO</b>	11
<b>3. OBJETIVOS</b>	14
3.1 Objetivos Gerais	
3.2 Objetivos Específicos	
<b>4. JUSTIFICATIVA</b>	15
<b>5. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)</b>	19
<b>6. METODOLOGIA</b>	21
6.1 Projetos, estratégias de trabalho e passeios	21
<b>7. DESENVOLVIMENTO</b>	29
7.1 Dando voz aos que menos falam - Estratégias com as famílias	29
7.2 Parcerias com as famílias	30
7.3 Relatos das famílias	33
7.4 Ressignificando as relações raciais	35
7.5 Racismo / Família / Escola	38
7.6 Resistência Negra	40
7.7 Um olhar sobre o currículo	42
<b>8. SEMINÁRIO</b>	
8.1 Abertura	46
8.2 A Infância e as Relações Étnico-Raciais	47
7.3 Brincar	48
7.4 Professor Pesquisador	49
7.5 Questões de Gênero	49
7.6 O Indígena na Região Metropolitana - CEDEFES	50
7.7 Relatos indígenas	52
8.8 História e cultura afro-brasileira e africana	53
8.9 Experiências na Rede Municipal de BH	55
<b>9. AVALIAÇÃO</b>	60
<b>10. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	61
<b>11. REFERÊNCIAS</b>	64
<b>11. ANEXOS: FOTOS</b>	65



## **1 APRESENTAÇÃO**

O presente texto refere-se a uma proposta de intervenção pedagógica, realizada em uma Unidade Municipal de Educação Infantil de Belo Horizonte, na tentativa de promover uma discussão sobre as Relações Étnico-Raciais na Infância. A ideia inicial era desenvolver o plano com meus alunos e suas famílias, situação que considerava tranquila devido à relação de afinidade que tínhamos. Diante das variadas indagações de colegas, percebi que havia espaço para uma proposta mais desafiadora que envolvesse a comunidade escolar. Sendo assim, foi proposto o 1º Seminário sobre Educação e Relações Étnico-raciais.

As Unidades Municipais de Educação Infantil em Belo Horizonte foram criadas pela Lei 8.679, de 11 de novembro de 2003. As atividades da UMEI estudada foram iniciadas em outubro de 2004 e sua inauguração oficial ocorreu em 09 de dezembro de 2005. Ela está situada na Regional Venda Nova, em um corredor de intenso fluxo de trânsito e pessoas. Possivelmente seja este um dos principais motivos da grande procura por vagas na escola, aliado à qualidade do trabalho prestado à comunidade. A clientela é composta por uma média de 260 crianças de 0 a 5 anos de idade, distribuídas em oito turmas nos turnos da manhã, tarde e período integral.

Ao longo da história desta unidade, as questões étnico-raciais têm recebido um olhar privilegiado, mesmo com ações isoladas. A decisão de realizar o 1º Seminário sobre Educação e Relações Étnico-Raciais na Infância e a inclusão da Lei Federal 10.639/03 no Projeto Político Pedagógico da escola demonstram a vontade da escola de dar maior visibilidade ao tema e transformar ações isoladas em propostas coletivas e permanentes.

Ser aluna do LASEB me possibilitou ampliar conhecimentos através de inúmeras leituras, participações em seminários, dicas dos professores e orientadora da Análise Crítica da Prática Pedagógica (ACPP). Assim, compreendi que as trocas vivenciadas deveriam ser socializadas com os alunos, suas famílias, professoras, gestão e demais profissionais da escola.

A convicção de uma educação infantil de qualidade precisa levar em conta as inúmeras discussões que emergem em nossa sociedade foi o elemento central no momento de aproximação com pares e famílias dos alunos, possibilitando uma reflexão mais atenta sobre as relações raciais no período da infância. Tal reflexão

permite compreender que as temáticas abordadas na educação infantil devem ir muito além dos contos de fadas. Afinal a vida real não blinda nossas crianças dos efeitos nocivos do racismo e discriminações.

O espaço da educação infantil certamente nos oferece um campo muito fértil para troca de experiências e aprendizado, porém para avançarmos devemos deixar o amadorismo de lado. Devemos ter a convicção de que esta discussão não se limita a uma etnia, condição financeira, opção sexual ou crença. Ela está associada a um grande desejo de desmistificar o mito da democracia racial que encobre as tensas relações raciais em nosso país, e impõe aos afrodescendentes um lugar na sociedade: a subalternidade. A lei 10.639/03 coloca a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino público e privado nos níveis fundamental e médio. A Lei 11.645/08 complementa a lei anterior, incluindo o estudo da história e cultura indígena. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana enriquecem a discussão e amplia a obrigatoriedade aos demais níveis e modalidades de ensino, como: Educação infantil, EJA, Educação Profissional e Educação superior.

Não há como falar em educação infantil de qualidade que visa ao combate ao racismo sem focar assuntos como: infância, cuidar, educar, família, escola, brincar, questões de gênero, história e cultura afro-brasileira, luta e resistência negra, construção ou reconstrução do Projeto Político Pedagógico. Ao longo desta escrita estes temas e outros serão abordados.

A temática indígena foi introduzida, a fim de contemplar a Lei 11.645/08, que torna obrigatório o estudo da História e Cultura afro-brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino público e privado. O projeto Ecologia Humana desenvolvido por educadoras da instituição ajudou a apresentar a história indígena para os alunos. Os alunos do turno da manhã fizeram um passeio ao Centro de Documentação Eloy Fernandes da Silva (CEDEFES), único centro de documentação voltado para o resgate, registro e preservação da história dos povos indígenas no estado de Minas Gerais. Neste dia conversaram com os índios, dançaram e ouviram histórias. A historiadora Ana Paula funcionária do centro, deu orientações sobre os índios na região metropolitana e participou do Seminário.

## 2 INTRODUÇÃO

A intenção deste plano de ação foi dar visibilidade às questões étnico-raciais dentro do espaço da educação infantil, através da sensibilização e orientação de alunos, famílias, gestores, professores e demais profissionais da escola. A primeira estratégia foi afixar cartazes, fotos, frases, mensagens pelas paredes da escola e envio de bilhetes para os familiares. Essa iniciativa permitiu contato com as leis 10.639/03 e 11.645/08, além do conhecimento da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no interior das escolas.

Contar com a ajuda da direção, coordenação e colegas de trabalho foi um diferencial ao longo da execução do plano. Desta forma, aproximadamente 260 famílias foram sensibilizadas e convidadas para discutirem as relações raciais no espaço infantil, analisando a possibilidade de uma infância sem racismo.

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CP/CNE 3/2004.

(BRASIL, 2004, p. 3) Diretrizes Curriculares Nacionais

Além do apoio no espaço escolar, contamos com apoio externo como da FAE/LASEB através da orientadora da Análise Crítica da Prática Pedagógica (ACPP) Dr<sup>a</sup>. Elânia Oliveira e da coordenadora da pós-graduação, professora Dr<sup>a</sup>. Shirley Miranda. O contato com a Gerência de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte (GERED) na Regional Venda Nova, foi estabelecido por uma acompanhante da escola que nos auxiliou inclusive na escolha da data do seminário. Já o contato com a Secretaria Municipal da Educação de Belo Horizonte (SMED) ocorreu principalmente pela colaboração das profissionais do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero.

Foi estabelecido um contato mais próximo com as famílias dos alunos da turma em que leciono e com os profissionais da escola, através da criação das Revistas intituladas: Relações Étnico-Raciais. A primeira revista, organizada para as famílias visitou as casas dos alunos ao longo do segundo semestre de 2011. Nela havia reflexões, orientações, imagens e relatos. A segunda revista feita para os

profissionais da escola continuam várias das inúmeras expressões apresentadas durante as disciplinas do curso de pós-graduação, tais como: negritude, branquitude, mestiçagem, racismo, preconceito, discriminação, movimento quilombola, etnias, indígenas, fenótipo, genótipo entre outros. A partir destas orientações, os colegas, aos pares ou individualmente, registraram suas impressões.

O aprendizado adquirido ao longo do curso me motivou a cumprir o que considero minha responsabilidade, ser multiplicadora, compartilhando com colegas de trabalho e famílias dos alunos, parte das inúmeras informações recebidas durante o curso.

É possível perceber que dentro das instituições escolares existe uma clara hierarquização do saber e valorização de postos de trabalho. Normalmente os professores pesquisadores são mais valorizados pela sociedade do que os professores da educação básica. Acredito que o tratamento diferenciado esteja relacionado aos títulos acadêmicos, remuneração e distanciamento da educação básica e seus corriqueiros e temidos problemas, tais como: violência, baixa remuneração, duplos ou triplos vínculos. Mesmo inseridos nos mesmos contextos de violência, baixa remuneração, entre outros, os professores do ensino médio e fundamental, ainda são mais “valorizados” que os profissionais da educação infantil. Como já mencionado, muitas pessoas erroneamente ainda relacionam o trabalho com essa faixa etária com a mera necessidade do instinto maternal. A formação acadêmica e outros investimentos na carreira parecem não contar, tornando-se meros detalhes.

A partir do cenário explicitado é possível concluir que a discussão sobre as relações étnico-raciais dentro do espaço da educação infantil, para muitos, pode ser considerada improvável e/ou desnecessária. Afinal, muitos profissionais e inclusive educadores questionam a existência do racismo no espaço da educação infantil. Geralmente quando essas manifestações racistas ocorrem assumem forma sutil ou com caráter de “brincadeira”. Tais posturas só contribuem para a perpetuação de preconceitos e discriminações no ambiente escolar, encobertos pelo silenciamento.

A reescrita do Projeto Político Pedagógico (PPP) que já estava sendo aplicada na escola foi uma ótima oportunidade para a inclusão da temática sobre relações raciais. A reescrita iniciou em 2010 e foi concluída no ano seguinte contando com o envolvimento dos profissionais. Este momento possibilitou difundir a Lei federal e todos puderam compreender que o estudo da história e cultura afro

brasileira dentro dos estabelecimentos educacionais brasileiros públicos e privados é obrigatório.

O 1º Seminário sobre Educação e Relações Étnico-raciais na infância contou com a presença dos profissionais da escola, pais, visitantes, profissionais de escolas vizinhas, Secretaria Municipal da Educação, Gerência regional de educação, representantes do Programa de Ações Afirmativas na UFMG e representantes do Sind-rede. Nossa intenção foi contribuir para que, ao longo do tempo crianças, jovens e adultos consigam não só identificar atitudes preconceituosas, mas também consigam se posicionarem contra manifestações racistas e discriminações correlatas.

### 3 OBJETIVOS:

#### 3.1 Objetivo geral:

- ✚ Propiciar uma rica, contínua e flexível discussão sobre Educação e Relações Étnico-Raciais dentro do espaço da educação infantil envolvendo as famílias nesse processo, sem perder o foco que é o aprendizado, desenvolvimento e bem estar das crianças, estimulando-as para a possibilidade de serem contrárias a quaisquer manifestações racistas;

#### 3.2 Objetivos específicos:

- ✚ Conscientizar gestores, coordenação pedagógica e demais membros da escola sobre a necessidade de adesão ao desenvolvimento de projetos sobre temas que abordem diversidade e relações étnico-raciais, não deixando essa tarefa apenas para o professor regente;
- ✚ Contar com o envolvimento das famílias e pares de forma que estes consigam lançar um olhar diferenciado sobre a possibilidade de educar crianças para uma infância sem racismo.
- ✚ Discutir Educação e relações étnico-raciais no espaço da educação infantil com alunos, pais, professores e demais profissionais da escola.
- ✚ Educar os alunos para as Relações Étnico-raciais.
- ✚ Dar visibilidade ao tema e incluí-lo no Projeto Político Pedagógico (PPP).
- ✚ Contribuir para que as pessoas assumam o seu pertencimento étnico-racial rompendo com as imagens negativas forjadas sobre negros e índios durante vários séculos.
- ✚ Popularizar as leis 10.639/03, 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

# PLANO DE AÇÃO



## 4 JUSTIFICATIVA

Com as contribuições do curso de pós-graduação e com uma longa reflexão sobre a minha infância, percebi que ainda criança já me incomodava com as questões étnico-raciais que tornavam e ainda torna invisível a imagem positiva da criança negra. Precisamente no período da democratização da TV, na década de 80, praticamente todas as apresentadoras dos programas infantis eram brancas. O mercado despejava à larga escala quase que exclusivamente bonecas loiras, com olhos claros, seguindo o padrão eurocêntrico. Desta forma, não fica difícil concluir que as crianças negras dessa década, inclusive eu, tínhamos grande dificuldade em efetivar uma construção positiva da própria imagem. A pesquisadora Maria Aparecida Bento diz que, quando precisam mostrar uma criança, um jovem ou uma família, os meios de comunicação usam um modelo branco. Ela completa com o olhar de Freud que identifica o narcisismo como forma de preservação do indivíduo e este gera aversões ao que é diferente ou estranho.

Recentemente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais da metade da população brasileira se auto declarou parda ou preta, mesmo assim a mídia, os postos de trabalho e muitas instituições parecem desconsiderar esses dados que são totalmente fiéis ao que visualizamos e presenciamos em nosso dia a dia. Esse cenário de miscigenação é o retrato da população brasileira. Desconsiderar este fato em nome da supervalorização eurocêntrica é negar as inúmeras contribuições das culturas afro-brasileira e africana em nosso país.

Tal silenciamento contribui para a perpetuação dos reflexos nocivos do racismo, preconceito e discriminação racial. Não restam dúvidas que tal negligência fere o direito de cada cidadão brasileiro e o direito à diferença. Se as instituições escolares, inclusive as universidades, ainda se omitem da responsabilidade de debater o assunto, será que a instituição mais antiga que é a família conseguiria amenizar ou burlar os efeitos negativos em seus lares? Ou conseguiriam valorizar e incentivar seus/suas filhos (as) para o respeito à diferença, seja de credo, cor, gênero, opção sexual e outros? Será que parte significativa dessas famílias teriam essa consciência? Ou melhor, será que mesmo hoje, as famílias se consideram preparadas para orientarem seus/suas filhos (as) a negarem o racismo e não serem vítimas da discriminação racial? Ao trabalhar na educação infantil pude presenciar atitudes racistas manifestadas por crianças e adultos. Essas atitudes quase sempre sutis e ao tom de brincadeiras desvalorizam e expõem os indivíduos baseando-se na crença de superioridade entre raças.

Ao longo do curso sobre relações étnico-raciais passei a questionar o mito da democracia racial, as escolas e a nossa sociedade com mais intensidade. Os adultos fora e dentro do espaço escolar negam a existência do racismo e difundem a crença em relações amistosas entre as etnias e ao mesmo tempo agem com naturalidade ao perceberem a ausência de figuras negras em papéis de destaque. Acredito que através deste plano de ação pares e famílias terão postura diferenciada diante piadas, apelidos e rótulos que desqualificam os indivíduos e fortalecem o preconceito racial.

Através da leitura atenciosa das Diretrizes Curriculares, foi possível compreender que um dos eixos centrais é a reparação e valorização dos negros, possibilitando o ingresso, permanência e sucesso na trajetória escolar. Socializar essas informações com pares e famílias possibilita a adesão e compreensão do projeto. Felizmente, alguns profissionais desenvolvem projetos sobre as relações raciais com suas turmas, porém uma discussão institucional faz diferença. Muitas instituições e educadores mesmo a passos lentos começam a compreender a necessidade da discussão juntamente com a gestão. É proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que gestores incentivem e promovam ações oportunizando o estudo das relações étnico-raciais dentro dos espaços educacionais em seus vários níveis de ensino.



Uma das intenções do plano era que professoras e demais profissionais da escola não tivessem dúvidas que essas discussões ultrapassam a questão biológica. Não restam dúvidas que pertencemos a uma única raça, a humana. Porém, não podemos fechar os olhos para atitudes racistas que se manifestam na sociedade brasileira e mundial. Esse mesmo racismo permite que inúmeras pessoas de várias classes sociais e por vários séculos elejam determinadas culturas e etnias como superiores em detrimento de outras. Enquanto os padrões eurocêntricos são impostos e aceitos como modelo positivo a ser seguido, os afro-brasileiros e africanos são negados, desvalorizados e reduzidos a folclore deixando de lado uma história rica e digna, marcada por lutas e resistência negra. Ao expor esta realidade e romper com o silêncio, poderemos oferecer as demais culturas e etnias visibilidade, que poderá um dia deixar para traz rótulos reducionistas que as relacionam com exotismo e selvageria.

Ao se trabalhar com crianças tão pequenas, torna-se necessário um diálogo bem próximo com as famílias. Elas precisam estar envolvidas nessa dinâmica. Dessa forma perceberão que as discussões étnico-raciais no espaço escolar são um grande passo para desfazermos mitos e preconceitos, aumentando a possibilidade de nos apropriarmos de um conhecimento vasto, vocabulário adequado e opiniões bem fundamentadas.

Em minha prática pedagógica, os alunos sempre receberão destaque, porém neste plano de ação as famílias e pares foram o público alvo. Esta foi a forma encontrada na tentativa de assegurar que o aprendizado sobre as relações étnico-raciais possa entrar nos lares das crianças e adultos envolvidos neste plano de ação, independentemente do pertencimento étnico-racial.

Para desenvolver projetos e ações com o enfoque étnico-racial com crianças pequenas não é preciso descartar o que temos. Precisamos, na verdade, adequar as atividades. Os contos de fada continuam com o seu espaço merecidamente privilegiado, porém acompanhados da literatura afro-brasileira e africana. Devemos permitir que nossas crianças viagem pelo mundo através dos continentes dando enfoque parecido ao europeu e africano, desvinculando-se de uma visão unívoca, eurocêntrica e secular, que dita padrões estéticos, econômicos e culturais. Assim os reis, rainhas, príncipes, princesas e súditos poderão ter tez caucasiana, negróide, vermelha ou amarela e os que não tiverem cabelos lisos ou encaracolados terão apenas cabelos crespos e não ruins como muitas pessoas dizem. Os adjetivos como

trabalhador, bom, honesto, estudioso, viril, próspero, bonito e forte serão dirigidos aos indivíduos ou personagens conforme suas características e habilidades e não por pré-julgamentos como a cor da pele. Desta forma, cada educando desde a mais tenra idade perceberá que vivemos em um país pluriétnico, multicultural capaz de respeitar as características e diferença individuais .

As fábulas e histórias são contadas todos os dias por diferentes pessoas e muitos se arriscam a contá-las mesmo sem muita habilidade, afinal para contar histórias só precisa gostar, não importa se é criança, jovem, adulto, idoso, operário, professor ou artesão. O grande desafio é contemplar temas que estimulem a imaginação e valorizem a diversidade.

Mesmo o professorado, gestores e membros da equipe pedagógica tendem a dar destaques a temas que contemplem a diversidade apenas nas datas comemorativas. Dessa forma, o estudo da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena fica restrito às datas 19 de abril e 20 de novembro.

Desfazer estes mitos dentro do espaço escolar é uma tarefa que deve estar no rol das prioridades nos momentos de reestruturação dos projetos e propostas curriculares de cada instituição de ensino. Não é possível esperar que os professores e demais membros da sociedade dominem um assunto no qual tiveram um acesso restrito ou equivocado, mas é possível esperar que parte significativa dos cidadãos brasileiros assumam discursos e atitudes coerentes em prol de uma sociedade antirracista.

## 5 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

Na atual organização das Unidades Municipais de Educação Infantil, todas estão vinculadas a uma escola de educação infantil ou de ensino fundamental. Desta forma, a gestão é formada por uma diretora que administra as duas escolas, juntamente com duas vices, sendo uma responsável pela UMEI e outra pela escola. Essa situação muitas vezes acaba influenciando na escrita do PPP que tende a dar maior enfoque a história da escola “pólo”. Com o objetivo de desfazer este equívoco as professoras da UMEI solicitaram a direção à reescrita do documento vigente, pois tinham dificuldade de se identificarem.

A solução encontrada inicialmente pelo grupo, foi a contratação de um especialista para a escrita do novo Projeto Político Pedagógico. O especialista conduziria a discussão e delegaria tarefas para os profissionais. Desta forma, todos iriam contribuir na construção do novo documento. A proposta inicial na reescrita do documento também tinha como interesse registrar projetos já incorporados na rotina da unidade dentre eles a mostra cultural, evento anual para exposição de produções das crianças com a visita da comunidade e o dia da fruta onde uma vez por semana as famílias poderiam contribuir com uma fruta para o evento de um lanche coletivo.

Considero que os conhecimentos adquiridos no Laseb sobre relações étnico-raciais foram cruciais para um diálogo maduro durante a escrita do documento. A inclusão do tema sobre relações étnico-raciais no PPP da escola demonstra a visibilidade que a escola quer dar a este tema. Durante a formação para a reestruturação do projeto os envolvidos precisam estar cientes que este não é um assunto para ser tratado equivocadamente apenas com as clientelas afrodescendentes e/ou indígenas. Ele deve ser debatido e apreciado por toda a sociedade, dentro e fora da instituição escolar. Este documento contou com contribuições dos vários segmentos da instituição. O facilitador contratado para a discussão reuniu-se primeiramente com os professores, coordenação e direção. Posteriormente, em um sábado escolar, reuniu-se com os demais profissionais da escola (cozinha, limpeza, porteiros e auxiliares administrativos), juntamente com as famílias dos alunos. Segundo o facilitador além de produtivo o encontro revelou pais confiantes no trabalho da instituição e nos seus projetos por estimularem hábitos saudáveis nas crianças.

Os alunos da UMEI tem de 0 a 5 anos de idade, os de 0 a 3 estudam em período integral de 07:00 às 17:30 e os maiores de 4 a 5 anos estudam em período parcial, manhã ou tarde. O processo seletivo para novas vagas é amplamente divulgado. Um dos critérios utilizados pela Secretaria da Educação de Belo Horizonte é a garantia de vagas para as crianças especiais e/ou em situação de vulnerabilidade, os demais alunos (as) que moram no entorno da escola concorrem a 30% de vagas através de sorteio na presença das famílias e funcionários. Durante o preenchimento do questionário socioeconômico parte significativa das famílias se declaram protestantes, com renda mensal entre um a três salários mínimos e parte expressiva das mulheres são arrimos de família.

O quadro profissional da UMEI se dá através dos profissionais efetivos (estatutários) compostos pela direção, vice-direção, secretária, coordenação, professoras nas turmas de integral e parcial, secretária, auxiliar administrativo e os profissionais contratados pela caixa escolar que são as auxiliares de inclusão, profissionais da cozinha, limpeza, portaria, artífice e vigilância.

Na LDB, estão inclusos, em destaque, três grandes eixos relacionados à construção do Projeto Político Pedagógico da escola, dentre eles: o eixo da flexibilidade está vinculado à autonomia, possibilitando que a escola organize seu próprio trabalho pedagógico, o eixo de avaliação que reforça um aspecto importante a ser observado nos diversos níveis do ensino público e o eixo da liberdade que se expressa no âmbito do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e da proposta de gestão democrática do ensino público, que será definida em cada sistema de ensino.

O documento anterior serviu como referência para evitarmos os mesmos erros e aproveitarmos os pontos positivos. As Proposições Curriculares da Rede foram usadas para enriquecer e fundamentar a discussão. A escrita produzida pelo grupo era organizada e enviava para o facilitador. O processo da escrita embora cansativo foi produtivo, diferenciado, transparente e desafiador.

Durante a disciplina de Construção do Projeto Político Pedagógico com o professor Dr. José Raimundo Lisboa, foi possível perceber que as escolas esbarram no fator tempo como um dificultador durante a reestruturação. As escolas que avançam na escrita do PPP se organizam utilizando momentos de formações e reuniões, onde algumas acontecem com o auxílio de oficinairos pagos com verba da caixa escolar.

## 6 METODOLOGIA

A proposta de trabalho baseou-se em introduzir as questões étnico-raciais com alunos e famílias com sutileza, intencionalidade e fundamentação. O desejo de projetos grandiosos e impraticáveis foi substituído por uma proposta simples e não menos trabalhosa e bem executada. Muitas vezes a continuidade de muitos projetos pode ser prejudicada devido a falta de orçamentos prévios e mesmo contando com a possibilidade de um investimento satisfatório, optamos por um projeto econômico que pudesse servir de exemplo para outros educadores e instituições. Os gastos foram concentrados no seminário que foi a culminância do projeto. A compra de um aparelho data show e um telão eram solicitações antigas resolvidas com o seminário. Os demais gastos foram com tintas variadas e de impressão, papéis variados e fotográfico (convites), camisas para os alunos e lanches para todos os participantes do seminário.

A seguir, apresento as estratégias de trabalho utilizadas ao longo do plano, mas cabe ressaltar que a organização e realização do evento, além de dar visibilidade a unidade, resgatou a possibilidade de trabalho coletivo.

### 6.1 Projetos, estratégias de trabalho e passeios



“Acredito que trabalhar com projetos contando com a co-participação das famílias torna qualquer educador mais confiante”.

Cláudia Elizabete

## Zakumi e África do Sul

A abordagem da temática étnico-racial com a minha turma se deu através do projeto Africanidade. Nele propus a aprendizagem do alfabeto relacionando-o ao vocabulário afro-brasileiro. O resgate do evento da Copa do Mundo na África do Sul em 2010 através da figura infantilizada do mascote abrilhantou nossa discussão. Foi possível enriquecer o projeto com temas como: futebol, meios de transporte, comidas, danças, riquezas naturais, regras, normas, valores e respeito por si e pelo outro independentemente da idade. As atividades de casa foram usadas como forma de apresentação do tema às famílias e a necessidade de auxiliar as crianças diariamente possibilitou que a referência adulta dialogasse de alguma forma com a proposta do projeto.

## Decoração da escola



Na educação infantil as crianças demonstram muita facilidade em expressarem suas emoções através dos desenhos. Elas são ousadas e brincam com as cores e formas a todo tempo. Tal ousadia, acompanhada de direcionamentos resultam em belos trabalhos contemplando o tema.

A postura mais ativa dos alunos foi muito incentivada ao longo do plano de ação, principal nos momentos que antecederam o seminário. Elas ajudaram na decoração da escola, através das pinturas dos cartazes e dos blocos de anotações que foram distribuídos aos participantes.

## Projeto: Amigos de Vinícius



A gente não faz amigos, reconhece-os. Vinícius de Moraes.

A visita ao conservatório de música da UFMG contempla a história da turma, intitulada A Arca de Noé, Vinícius de Moraes, em uma turma onde quase metade dos alunos estavam juntos desde o berçário. O CD Arca de Noé 2 foi trabalhado ao máximo; as personagens foram decorando a sala. O pato, o leão, a galinha d'angola, o cachorro, o peru, o porco, o passarinho e outros animais apresentaram a cada aluno e famílias o saudoso Vinícius, homem que no auge de sua maturidade se debruçou para compor versos contemplando a infância. Sem dúvida Vinícius foi um homem talentoso, apaixonado pela vida, sensível e amigo de Toquinho, Tom Jobim, Pixinguinha e Baden Powell. Dessa forma os alunos aprenderam que ele foi amigo dos amigos, não se importando a cor da pele e, para eles, criou lindos versos.

*“Eu poderia suportar, embora não  
Sem dor, que tivessem morrido todos  
Os meus amores, mas enlouqueceria  
Se morressem todos os meus amigos”*



Vinícius com Pixinguinha



Vinícius e Baden Powell

Através do aniversário de morte de Vinícius, “Mais de trinta anos sem Vinícius,” conseguimos ampliar nossa discussão. O projeto foi apresentado no evento da Mostra Cultural e dentre as estratégias destaco:

- ✚ Uso do CD Arca de Vinícius 2 e o estudo da vida de Vinícius;
- ✚ Valorização da melhor idade e da amizade;
- ✚ Combate a qualquer forma de preconceitos e discriminações.
- ✚ Customização de camisetas e revistas;
- ✚ Criação de desenhos, pinturas, cartazes e painéis;
- ✚ Reprodução e distribuição das leis 10.639/03 e 11.645/08 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.





## Mostra cultural



A Mostra Cultural é um evento institucional promovido anualmente para exposição das atividades feitas pelas e com as crianças ao longo do ano. A Mostra em 2011 estava na VII edição e contou com a adesão das famílias. Além das exposições o evento contou com apresentações das crianças, professoras e/ou convidados, cama elástica e algodão doce. Esta organização enriqueceu e estimulou a presença das famílias.

O tema sobre diversidade racial também foi abordado por outras professoras retratando o respeito e o direito a diferença, postura que anuncia grande sensibilidade e interesse pelo estudo das questões raciais, sociais e de gênero.

As atividades expostas pela turma da qual era referência basearam-se no lema da UNICEF, que foca a possibilidade de uma infância sem racismo. Foram confeccionadas sacolas de americano cru e camisas com o lema “Uma Infância Sem Racismo”, com arte das crianças. Além disso, cada criança trouxe de casa uma caixa de sapato que foi decorada pacientemente, durante vários dias com pedacinhos de papel picado formando mosaicos bem parecidos com os cartazes da decoração do seminário. Essa caixa representava o continente africano e dentro dela tinha um pouco da história de África trabalhada com as crianças, sinalizando os meios de transporte, alimentação, fauna, mapas, frases, poemas, letras de músicas, blocos de anotações e algumas surpresas para as crianças. Possivelmente, esta caixa pela riqueza de detalhes, seria apreciada por outras pessoas e a discussão poderia ser ampliada.

## Espelho Mágico

O espelho da sala foi intitulado de “Espelho Mágico”. Essa atividade simples permitia que os alunos se observassem e nomeassem partes e forma do seu corpo. Muitos alunos venceram a timidez com a ajuda de algum colega. Com a frequência da brincadeira, as crianças demonstram pouca dificuldade de se auto definirem como negras, pardas ou brancas, passando a falar da cor da pele, do formato do rosto ou da textura do cabelo com mais naturalidade.

## Revistas Relações Étnico-Raciais

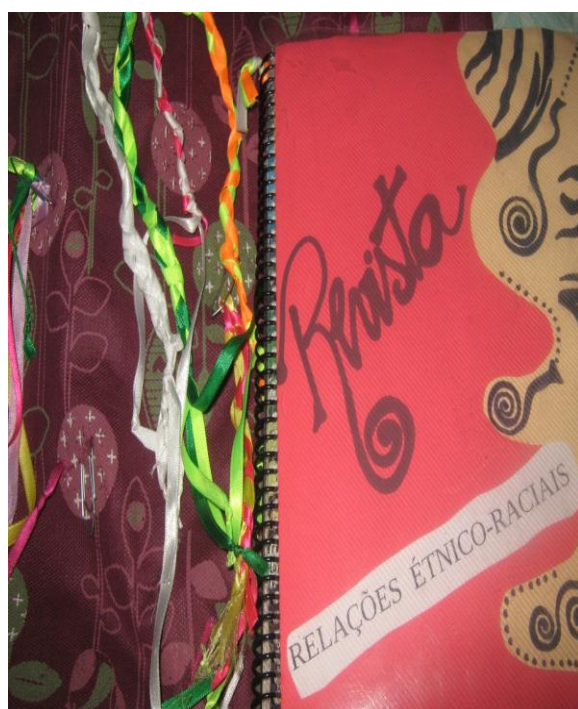


Foto: Cláudia Elizabete



Foto: Cláudia Elizabete

Com o objetivo de tornar as famílias e pares mais ativos na discussão sobre as relações raciais foram idealizadas e customizadas duas revistas, uma para cada segmento. Para cada família foram elaboradas perguntas ou reflexões dirigidas às referências adultas que mais acompanhavam as crianças. Já para o segmento dos profissionais da escola, o registro seria individual ou em parceria com um colega escolhido aleatoriamente. As revistas foram intituladas **Relações Étnico-raciais**. A proposta da primeira revista era que ela visitasse em média duas casas por semana. As famílias teriam a liberdade de se expressarem e até mesmo incrementarem a

discussão. Algumas famílias aproveitaram a oportunidade e registraram alguns incômodos e angústias. Desta forma, questões de inclusão retratando o preconceito contra o portador de necessidades especiais e o combate à homofobia, receberam destaque. Para os demais pais da escola enviamos bilhetes, informativos e convite para o seminário. Através da segunda revista, os profissionais, individualmente ou em dupla, registraram suas impressões sobre as questões raciais, tais como: preconceito, discriminação racial, racismo, família, escola e outras. O envolvimento do grupo superou as expectativas.

### Vocabulário Étnico

A ideia do vocabulário étnico surgiu devido à curiosidade e dúvidas apresentadas pelas famílias e funcionários da escola. Ao longo do plano de ação foi possível perceber que a desinformação e racismo caminham próximos. A pesquisadora Nilma Lino Gomes apresenta essas duas situações de racismo e desinformação sobre a ascendência africana no Brasil como um dos sérios obstáculos para efetivação de uma consciência coletiva que deseja uma sociedade mais justa e igualitária. Ela acrescenta, ainda, que tais situações quando ocorrem no interior das instituições impedem que a escola cumpra sua função social e cultural. A principal intenção era que até o dia do seminário, culminância do plano de ação, as famílias e funcionários da escola permitissem mais intimidade com o assunto.

## 7 DESENVOLVIMENTO

### 7.1 Dando voz aos que menos falam: Estratégias com as famílias

Destaco o racismo e a discriminação na infância, como sendo violências que se apresentam de forma simbólica e concreta, fazendo-se presentes dentro e fora das escolas. A omissão e silenciamento das famílias e da sociedade contribuem para a manutenção desse cenário racista, criminoso e excludente. Os muros escolares não são fortes ou altos o suficiente para impedir os reflexos das tensas relações raciais que afastam os indivíduos e deixa a infância desprotegida.

A intenção de dar voz e aproximar as famílias da escola está diretamente relacionada à necessidade de permitir que a segunda torne um espaço dialógico. Ao imaginar uma história sobre a luta antirracista no universo infantil, percebo que mesmo unindo nossas crianças em uma grande redoma tentando protegê-las de um pseudo monstro, de nada adiantaria. O mesmo nem precisaria transpor as resistentes barreiras para atacar as “frágeis e indefesas” criancinhas. Não levaria muito tempo para percebermos que os soldados que deveriam zelar e resguardar estas crianças (pais, mestres e outros atores sociais) haviam as contaminado através de gestos, olhares, piadas e discursos preconceituosos.

Mudar o cenário atual que sinaliza falta de informação sobre as relações étnico-raciais é uma ação urgente. Nos últimos anos muitas famílias em seus repetidos discursos demonstram baixa credibilidade nas escolas, principalmente nas públicas. Dessa forma, uma pergunta parece não calar: É possível ser público e ter qualidade? Como? Em contrapartida, os educadores em coro clamam por famílias mais participativas e envolvidas no processo de desenvolvimento dos seus filhos e filhas.

Geralmente, a participação das famílias nas escolas em busca de uma educação de qualidade é tímida e muitas ocupam o lugar de ouvintes. As reuniões de abertura e encerramento de etapas, colegiados e assembléias muitas vezes não contam com quórum satisfatório. Os órgãos educacionais, gestores, professores e demais profissionais que se preocupam com esta situação de distanciamento contínuo e acelerado entre família/escola insistem em uma parceria.

Um das grandes reivindicações da educação infantil era poder contar com profissionais capacitados, espaço físico e recursos materiais adequados e com refeições balanceadas. Muitas destas reivindicações foram atendidas mesmo que

parcialmente, porém a maior aguarda resposta, oferta de vagas para todas as crianças nas escolas públicas infantis.

## 7.2 Parceria com as famílias

Ao acompanhar a mesma turma pelo segundo ano consecutivo, percebo que minha relação com as famílias é próxima e o diálogo constante, situação que proporcionou grande colaboração nos projetos e eventos escolares. Na UMEI parte expressiva das educadoras são atentas às discussões que contemplam a diversidade, porém nos faltava fundamentação teórica. A proposta de um seminário na instituição surge como possibilidade de aprendizagem e busca desta fundamentação. Para a pesquisadora Maria Aparecida Bento, o combate à desigualdade étnico-racial passa pela educação infantil e tal afirmativa torna-se possível na medida em que conseguirmos desenvolver referenciais pedagógicos apropriados para este corte etário. Dessa forma, cabe ao estado, gestores e educadores promoverem estratégias de aprendizagem, que não se prendam a complexidade de ensinar o significado do racismo para as crianças e sim investir em ações contínuas de conscientização coletivas e intervenções pontuais, dando destaque a igualdade racial e aos direitos humanos.

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no caput deste artigo.

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

(BRASIL, 2004, p. 3) Diretrizes Curriculares Nacionais

O plano de ação foi apresentado às famílias durante reunião de pais e encerramento de semestre. A sala de Multiuso, espaço normalmente utilizado para projeção de vídeos e desenvolvimento de atividades psicomotoras, foi decorada com desenhos das crianças com tema livre. Enfatizei que a postura tranquila dos alunos em relação às questões raciais, possivelmente estava relacionada ao longo período que a maioria estava junta, muitos desde o berçário.

Ao longo desses anos, as crianças e os pais tiveram contato com inúmeras educadoras, o que possibilitou aproximação com a filosofia de trabalho da instituição, que baseia-se na proposta de uma educação infantil de qualidade. Essa relação próxima e contínua certamente contribuiu para o amadurecimento de conceitos e compreensão deste período tão mágico que é a infância.

Com o objetivo de diminuir a possibilidade de resistência de alguns pais, no que diz respeito à adesão ao plano de ação, fui incluindo o tema através do envio de bilhetes e atividades de casa. Durante a reunião de pais, a Lei 10.639/03 foi apresentada às famílias juntamente com sua proposta de obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino público e privado.

A Revista Relações Étnico-Raciais surge como possibilidade de trocas entre família/escola e, ao longo do segundo semestre, cada casa receberia a visita da revista. Além de registrarem suas impressões, poderiam ler as opiniões das outras famílias. Ao montar a revista, coloquei algumas expressões, juntamente com seus significados, tais como: preconceito, discriminação racial, racismo, família, escola e outras. Nos meses de setembro e outubro de 2011, ao longo das semanas as famílias receberam bilhetes sobre o tema. Dentre os enviados destaco as 10 dicas da UNICEF de como contribuir para uma infância sem Racismo (ANEXO).

Mesmo contando com a colaboração das famílias as barreiras em se trabalhar as relações raciais na educação infantil são várias e podem surgir tanto no espaço escolar através dos educadores, demais profissionais e alunos como no espaço familiar.

Os pais foram sensibilizados sobre a necessidade de desfazermos O Mito da Democracia Racial difundido no Brasil durante décadas que nega a existência do racismo e tratamento racialmente diferenciado entre os cidadãos brasileiros e enfatizava apenas a ideia de diferença social.

As famílias tiveram contato com a história do professor e sociólogo pernambucano Gilberto Freire, autor do livro Casa Grande Senzala, livro que retrata o engenho brasileiro e a relação do negro libertado com o seu senhor. Freire foi uma das principais personalidades brasileiras a difundir o mito da democracia racial, através dele o mito conseguiu dominar o pensamento sobre raça durante mais de 6 décadas (1930- 1990). Durante suas inúmeras viagens pelo mundo e Sul dos Estados Unidos, presenciou o apogeu da segregação racial e a comparou com as

relações raciais no Brasil, concluindo então que existia pouco ou nenhum racismo em nosso país.

Após leituras e reflexões, torna-se possível perceber claramente que a democracia racial em nosso país ainda está longe de existir. Segundo o professor e pesquisador Marcelo Paixão, negros e pardos detêm apenas 25,9% dos rendimentos no país, somando salário, aposentadorias, programas de renda mínima e aplicações financeiras, enquanto os brancos detêm 74,1%. Nesse caso, é importante ressaltar que o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, ficando atrás apenas, da Nigéria. Destaca-se assim que a pobreza no Brasil tem evidente recorte racial, tendo em vista que a riqueza está concentrada entre brancos, enquanto, entre os pobres, a maior parcela é negra (PAIXÃO apud BITTAR; ALMEIDA, 2006, p. 144). Esse estudo nos permite concluir que a pobreza no Brasil tem cor.

Os sociólogos Florestan Fernandes e Oliveira Viana definem o preconceito racial no Brasil como de marca. No Brasil avalia-se a marca (fenótipo) e não origem (genótipo) como nos Estados Unidos. Sendo assim, “o mestiço que fenotipicamente apresenta características brancas poderá ser considerado branco pela sociedade brasileira” (NOGUEIRA apud MUNANGA, P. 12-13). Já na cultura americana, leva-se em consideração sua ascendência, se um indivíduo mesmo com fenótipo branco tem uma das avós ou avôs negro (a), ele (a) é considerado negro (a).

Através dessas informações as famílias seriam capazes de concluir que não existe forma de racismo pior, ou melhor, ambas são injustas e desumanas. Afinal, elas valorizam ou desvalorizam um indivíduo pela cor da pele.

### 7.3 Relatos das famílias

A seguir, apresento alguns relatos selecionados da Revista Relações Étnico-Raciais, dentre os muitos que foram escritos pelas famílias.

Srs. Pais e/ou Responsáveis, vocês receberão a visita da nossa revista: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. Lembramos que cada escrita deve ser feita de forma criativa e compromissada, tendo como objetivo assumir e respeitar as diferenças entre os indivíduos. Desta forma, conseguiremos romper com as imagens negativas forjadas sobre negros, índios ou qualquer outro grupo étnico em nossa sociedade.

Agradecemos antecipadamente a participação.

Família do Arnaldo

**Descreva o olhar da sua família, sobre o racismo no Brasil. Ele existe? Se existe como se manifesta?**

Existe e manifesta-se por muitos meios: brincadeiras, apelidos, insultos e outros. Se orientarmos nossos filhos, netos e sobrinhos desde cedo, no futuro poderemos diminuir o racismo. Acreditamos que o trabalho que vocês estão fazendo uma ótima forma de demonstrar que o racismo é uma forma horrível de se expressar com outras pessoas.

**Neste espaço, escreva uma bela frase, poema reflexão ou cole gravuras sobre o tema.** O racismo pode acabar hoje para que no futuro possamos viver como uma só família, unida.

Pai da Ana

**Qual a sua impressão sobre o tema? De que forma te toca?**

Acredito que o preconceito e o racismo sempre irão existir, pois onde há ser humano, há desconhecimento e pré-julgamentos, o que acredito ser a raiz destes problemas. Percebo que a sociedade e os governantes vêm fazendo esforços com a finalidade de diminuir ou acabar com os extremismos. Entretanto, estamos bem no início deste processo, estamos engatinhando, temos que aprender e fazer muito!

Os negros, no meu ponto de vista, são os que mais “sofrem” com este preconceito mascarado. A própria língua oficial utiliza de expressões pejorativas como: denegrir, ovelha negra, mercado negro e outros tantos. Acredito que boas iniciativas como o este projeto, sejam um grande passo. Além disso, vejo como uma boa oportunidade das classes mais afetadas se deixarem conhecer e se afirmarem para que os pré-conceitos passem a cair gradativamente.

Mãe do Lúcio

**Alguém da sua família já foi vítima de algum tipo discriminação? Explique.**

Sim. Sempre sofremos discriminação quando saímos com o Lúcio, as pessoas o olham diferente. Como ele não parece ter deficiência, as pessoas acham que ele está no colo por vontade nossa, e isso acontece em quase todos os lugares públicos. Uma vez meu filho ficou doente, o levamos ao médico e foi pedido um exame de urina. A enfermeira ao colocar o coletor, mesmo sabendo da sua



deficiência criticou a fato dele usar fraldas, sem demonstrar o menor respeito e sensibilidade.

Tio da Lídia

### **Escreva sua opinião sobre o tema**

Acho que tudo que é diferente assusta as pessoas e gera conflito e dificuldade de aceitação da sociedade, como uma opção sexual diferente ou um modo de pensar. As pessoas têm medo daquilo que não conhecem. Devemos contribuir para abrir a cabeça dos nossos filhos(as) para que eles(as) não tenham comportamentos preconceituosos como os adultos de hoje. Devemos mostrar a eles que todos somos iguais e que ninguém é melhor ou pior, somos diferentes.

Mãe do Ciro

**Não deixe de denunciar. Em todos os casos de discriminação, você deve buscar defesa no conselho tutelar, nas ouvidorias dos serviços públicos, na OAB e nas delegacias de proteção à infância e adolescência. A discriminação é uma violação de direitos.**

A discriminação é um crime cruel, devemos denunciar e não aceitar que pessoas desumanas e sem consciência nos agridam verbalmente. Devemos dar um basta, somos iguais e não importa se somos pretos, brancos, amarelos ou azuis, somos humanos e merecemos respeito nessa sociedade pobre de amor. O preconceito é só mais uma das formas de expressar o quanto as pessoas são difíceis e sem noção. Existem várias formas de preconceito: o rico não pode misturar com pobre, o pobre não pode vencer na vida e outros. Eu não admito que me tratem diferente por ser negra ou por que tenho menos dinheiro. Obrigada e agradeço pela oportunidade.

#### 7.4 Ressignificando as relações étnico-raciais

*Ser negro, reconhecer-se negro e ser conhecido como tal, na perspectiva ética, nunca deveria ser motivo de vergonha, negação e racismo, mas de reconhecimento, respeito e valorização. Significa trazer no corpo, na cultura e na história a riqueza de uma civilização ancestral e um processo de luta e resistência que continua agindo no mundo contemporâneo.*

**(GOMES : 2008)**

A apresentação do plano de ação aos meus colegas de trabalho foi formalizada através de uma carta convite que comunicava a proposta. Em seguida todos foram comunicados sobre a presença de uma revista customizada onde individualmente ou em pares os profissionais registrariam suas impressões. Minha intenção era dar destaque as expressões, informações e personalidades mais focadas no curso, dentre elas: racismo, preconceito e discriminação racial, fenótipo, genótipo, democracia racial, Leis 10.639/03 e 11.645/08, Diretrizes Curriculares, poemas, músicas, movimento quilombola, movimento negro, Zumbi, Florestan Fernandes, Gilberto Freire, Kabenguele Munanga, Nelson Mandela e outros.

Ao ser questionada pelos profissionais da escola, sobre os registros na revista, sempre dava a mesma resposta: registrem conforme o tema tocá-los e se necessário usem outros recursos como textos, histórias, frases ou relatos pessoais.

Durante a formação com o Núcleo de Relações Étnico-Raciais e Gênero da PBH, a pedagoga e mestre em educação Rosa Margarida, nos contemplou com uma palestra. Pela primeira vez, parte expressiva do grupo se reuniu para discutir as relações étnico-raciais na escola. O encontro iniciou-se com uma bela história e sua moral resumia-se na necessidade de repensarmos nossas atitudes e valorizarmos mais as pessoas. Em seguida, ela direcionou uma dinâmica na qual, organizadas em roda, deveríamos escolher duas figuras, uma com imagem e outra com uma palavra ou expressão sobre questões étnico-raciais, em seguida as impressões foram socializadas.

A temática indígena, juntamente com a afro-brasileira foi contemplada através da Lei 11.645/08. A educadora Rose do turno da manhã é uma profissional apaixonada pelas causas indígenas. O projeto Ecologia Humana foi desenvolvido por ela e focava a história e cultura indígena valorizando atividades artísticas e lúdicas. Através do desenvolvimento do projeto, ela levou os alunos da UMEI para conhecerem índios que vivem na região metropolitana. A visita ao Centro Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), único centro de documentação da história indígena em Minas Gerais, possibilitou aos alunos contato com danças, músicas e hábitos indígenas.

Durante os avanços e entraves na construção do plano, educadoras e demais profissionais questionavam o uso de determinadas expressões. Apresento a seguir alguns desses questionamentos e as respostas apresentadas por mim.

✚ A criança pequena vai entender este projeto?

Sim, porém o envolvimento dos alunos, principalmente os de educação infantil em projetos com esta abordagem está relacionado às intervenções dos professores. Os profissionais precisam saber o que desejam das crianças. A intenção do plano não foi explicar o significado do termo racismo, e sim sensibilizá-las para que compreendam e pratiquem atitudes respeitadas e afetuosas com colegas, professoras, demais profissionais da escola, visitantes e famílias, independentemente do pertencimento racial dos indivíduos. Tal ação nos permite sonhar com um futuro próximo onde as novas gerações rompam com a barreira do silêncio, sejam contrários a quaisquer manifestações racistas e denunciem discriminações.

✚ É correto usar a expressão negro (a)?

Sim, a dúvida parece surgir devido à relação contínua do ser negro hoje e no período pós-abolição. Antes a expressão negro tinha um caráter totalmente negativo, os negros libertos eram encarados como possibilidade de grande atraso para o país. Em contrapartida, foram lançadas todas as expectativas de avanço e desenvolvimento do Brasil aos imigrantes europeus. Estes tiveram entrada garantida, estimulada e condições favoráveis. Para eles era garantido terras e sonhos. Este momento resultou em grande sofrimento e menosprezo para a população negra. O Movimento Negro lutou exaustivamente com a ruptura deste passado duro, e na década de 70 conseguiu ressignificar a expressão considerando-a motivo de orgulho.

✚ Qual o termo correto negro (a) ou preto (a)?

As duas formas são corretas, porém em situações distintas. A primeira está relacionada à etnia do indivíduo, já a segunda refere-se à cor da pele.

✚ Existe racismo na educação infantil?

Sendo o racismo uma doutrina que sustenta a superioridade entre as raças, e manifesta-se através dos indivíduos independentemente de sua idade, sexo, crença, situação econômica e cultural, fica fácil afirmar a existência do racismo em qualquer espaço da nossa sociedade e inclusive na educação infantil.

✚ Esta discussão vai motivar mais racismo?

A perpetuação do racismo está diretamente relacionada ao silêncio ou negação de sua existência pela sociedade. Falar sobre racismo nos estabelecimentos de ensino deixou de ser uma opção para ser uma obrigatoriedade através da lei 10.639/03. Falar sobre a luta contra racismo tendo uma fundamentação teórica ajuda a combatê-lo e contribui para uma sociedade equânime.

✚ Você considera os profissionais resistentes?

Minha experiência recente me permite concluir que a falta de informação é maior do que a resistência. Porém, é necessário que em cada instituição alguém dê o primeiro passo, que não deve se limitar na figura de um professor de literatura, artes ou português. A discussão precisa ser coletiva.

✚ O grupo está interessado?

O interesse do grupo ultrapassou minhas expectativas. Tal afirmativa pode ser comprovada através das várias manifestações de cuidado e empenho demonstradas. As respostas nas revistas, criação e confecção dos convites e pastas, criação do mural, distribuição de cartazes, sugestões, dúvidas e críticas construtivas, sem dúvidas enriqueceram as discussões. As poucas manifestações de resistência não conseguiram ofuscar o resultado final.

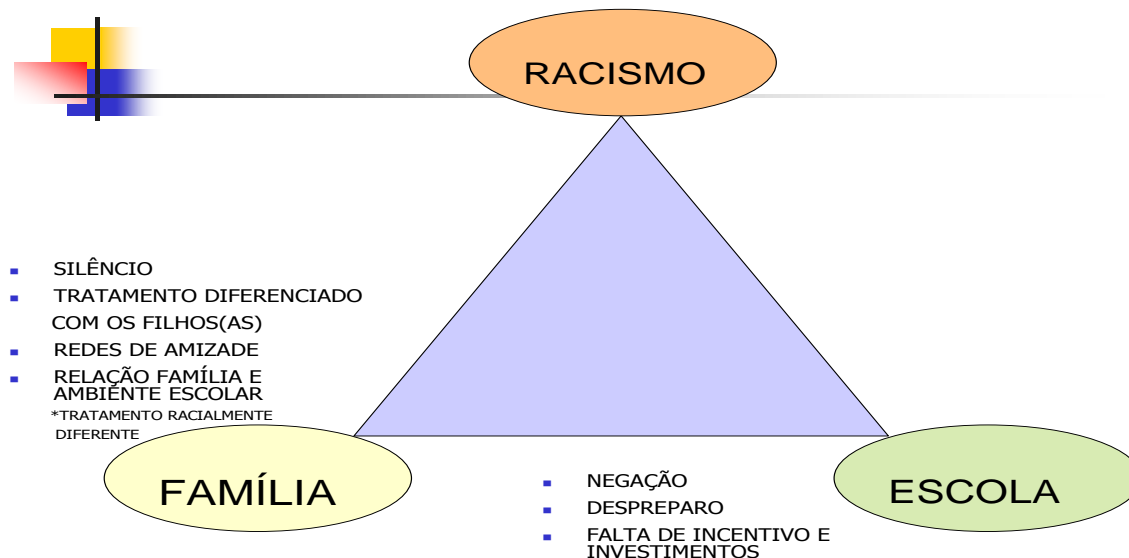
✚ Por que você escolheu este tema?

A escolha do tema está relacionada a oportunidade de ser aluna do curso de pós graduação no LASEB/UFMG. A necessidade de uma intervenção na escola, através do plano de ação motivou a desenvolvimento de um projeto sério, organizado e com o apoio da direção.

✚ Você acha que os pais vão dar conta deste tema?

A minha relação com os pais sempre foi muito próxima, o diálogo contínuo entre família/escola favorece o desenvolvimento e aprendizado dos alunos. Acredito na contribuição e envolvimento das famílias como um diferencial no sucesso dos projetos escolares. Não tive a intenção que os pais dominassem terminologias, meu desejo era que eles acreditassem na luta por uma infância sem racismo.

## 7.5 Racismo, família e escola



A relação racismo/família/escola é descrita de forma muito particular pelo pesquisador, professor titular da UERJ e coordenador do Observatório afro-brasileiro, Marcelo de Paula Paixão, através do livro *A dialética do decente aluno*. Neste livro é possível perceber com clareza que os sistemas familiares e escolares contribuem para a perpetuação do racismo e demais desigualdades raciais.

Primeiramente, ele apresenta o silêncio das famílias diante de situações de sofrimento e discriminação sofrida pelos filhos. Segundo ele, mesmo solicitando ajuda muitas crianças não conseguem contar com o apoio de suas famílias, elas acabam reproduzindo a postura apresentada pela sociedade, silenciam-se diante as queixas dos filhos (as) as dando pouca ou nenhuma importância.

Em segundo lugar, o pesquisador enfatiza a atenção privilegiada que muitas famílias oferecem às crianças dos lares que apresentam marcas raciais diferentes. Desta forma, as crianças de tez caucasiana seriam preteridas. Já as crianças com caracteres físicos mais aproximados aos traços negroides receberiam da própria família o que já recebem da sociedade, pouco estímulo e invisibilidade.

O terceiro aspecto talvez incida mais nas redes de amizades do que nas famílias propriamente. O autor faz uso das expressões: áreas moles e áreas duras das relações raciais. Na primeira, ser negro seria um elemento neutro ou vantajoso,

pois as áreas moles estão relacionadas às manifestações artísticas, culturais e ou religiosas, tipicamente dos afrodescendentes. Neste momento parte expressiva das crianças e jovens contam com o apoio das famílias. Já nas áreas duras, local historicamente reservado a elite pensante e campo de construção de conhecimento, o negro não seria tão bem aceito ou motivado. Ao entrar em um lugar que não é considerado seu, o indivíduo teria maior probabilidade de ser vítima de atitudes discriminatórias por parte dos grupos raciais considerados dominantes, nesta situação mesmo quando aceitos os alunos seriam frequentemente lembrados o quanto “são especiais” por terem chegado a um local que normalmente pessoas iguais a ele ou ela têm dificuldade de acesso.

Para o pesquisador, o ideário de democracia racial em nosso país só é verdadeiro em espaços como campo de futebol e quadra de escolas de samba, afinal nestes locais a participação negra é historicamente relacionada às representações populares. Segundo o autor, o nosso modelo de relações raciais é marcado pela naturalização dos papéis sociais de brancos e negros que os atribui ou retira poder e prestígio.

O último aspecto engloba a relação entre as famílias e o ambiente escolar, enfatizando a questão da pobreza e da forma racialmente desigual que a população afrodescendente costuma ser tratada em todas as esferas da sociedade.

Quando focamos o racismo no espaço escolar é muito comum depararmos com discursos de educadores que enfatizam a inexistência de manifestações racistas, possivelmente tais manifestações não são valorizadas pelos profissionais devido a sutileza e/ou tom de brincadeira que as acompanham, afinal o mito da democracia racial ainda é muito forte. Em contrapartida, os próprios docentes que negam a existência de racismo do espaço da educação infantil assumem dificuldade em abordar temas que envolvam as relações raciais. Diante da necessidade de se trabalhar as Leis 10.639/03 e 11.645/08, a alternativa é a adequação das práticas de formação continuada e grupo de estudos nos espaços escolares e extra-escolares que foquem a discussão sobre as reações raciais. É um grande desejo que durante o processo de aprendizagem educadores, famílias e alunos enxerguem a discussão das leis além da obrigatoriedade, mas acreditando na possibilidade de uma conscientização coletiva em busca de uma sociedade, igualitária e antirracista.

## 7.6 Resistência Negra

A correta interpretação da história da resistência negra em nosso país contribui imensamente para desmistificação do período escravocrata e acena para a possibilidade de contemplar os alunos com uma história coerente, rica em detalhes e fundamentação teórica. Naturalmente essa discussão desperta muito interesse, independentemente se o público é adulto ou infantil, o que difere são os olhares, pois o entendimento sobre resistência negra rompe com um imaginário coletivo que só concebe o escravo na condição de subordinação e obediência ao seu senhor. Falar sobre resistência negra é questionar a História do Brasil, a Lei Áurea e o papel da princesa Izabel, a data 13 de maio e a comemoração antes a ela atrelada. Os professores, educandos e demais membros da comunidade escolar devem compreender que a Abolição da Escravatura se deu em um momento onde a maioria da população já não era mais escrava. Segundo o professor e pesquisador do Laseb Erisvaldo Pereira Santos o comércio e trabalho escravo já não eram avaliados como forma lucrativa pelo sistema capitalista e o trabalho livre passou a se impor como mais adequado.

“a pressão exercida pelo grande número de quilombos espalhados Brasil a fora, o movimento de abolicionistas adeptos de ideias liberais e a própria pressão do sistema capitalista exercia por uma potência, como era a Inglaterra no século XIX, dimensionam o significado do colapso do sistema escravista, sem, contudo, retirar o mérito do protagonismo negro no interior do sistema escravista. (SANTOS, 2009.p. 121-122)

O texto dos pesquisadores Marcelo Paixão e Flávio Gomes, Razões Afirmativas – Relações Raciais, Pós- Emancipação e História, complementa a ideia de resistência negra ao apresentar um país que no período da abolição não apresentou nenhuma política pública aos afrodescendentes.

A abolição não foi acompanhada de políticas públicas que garantissem terras, educação e direitos civis plenos aos afrodescendentes de escravos e libertos. Pelo contrário, políticas públicas urbanas e higienistas refundaram as diferenças sob novas bases sociais e étnicas. Até a década de 1930, o 13 de maio era feriado nacional, comemorado com festas cívicas, além de populares. Apesar da manutenção de faces das desigualdades, descendentes de escravos e mesmo libertos comemoravam – se não a cidadania plena – a liberdade conquistada com a lei Áurea. ( 2008 - p.40)

Neste mesmo texto sobre Razões Afirmativas, Paixão e Santos, nos descrevem a escravidão como um passado próximo. Eles apresentam dados do Instituto Brasileiro de Estatísticas (IBGE) enfatizando o fato da geração mais idosa de pretos e pardos no Brasil serem predominantemente netos e até mesmo filhos de escravos do 13 de maio de 1988.

Um dos maiores marcos de resistência negra em nossa história são os quilombos. Os quilombos fazem parte do imaginário coletivo do povo brasileiro sendo sinônimo de luta e resistência.

Através de um célebre romance O quilombo dos Palmares, Edison Carneiro conseguiu resumir com riqueza de detalhes este lugar como “um constante chamamento, um estímulo, uma bandeira para os negros escravos das vizinhanças, um constante apelo à rebelião, à fuga para o mato, à luta pela liberdade”.

O texto Reexistência Negra e Escravidão na Educação das relações étnico-raciais, do professor Erisvaldo Pereira, é extremamente rico e contempla a discussão sobre as relações raciais com uma visão que vai além do período colonial. Ao longo da disciplina sobre Resistência Negra, o professor Dr. Erisvaldo Pereira Santos nos esclareceu o porquê desse tema ser tão valorizado pelo movimento negro, postura que supriu uma grande angústia coletiva e ajudou na compreensão do processo de resistência negra em nossa história, juntamente com o verdadeiro papel assumido pelo homem negro, escravo ou liberto.

O movimento negro é mencionado devido a importância que dá ao tema resistência que revela aos cidadãos uma história do Brasil omitida e silenciada durante séculos. A tempestade de expressões apresentadas no texto acima citada nos permite pensar em escravidão, luta, antepassados, opressão, valorização, africanos, descendentes, navios negreiros, agressões, marcas, chicotadas, troncos e castigos. Desta forma, poderemos repensar um passado que retrata as tensas relações raciais no Brasil e África.

As fugas, esconderijos, suicídios, mortes e roubos aos senhores de engenho, demonstrava o posicionamento de resistência do negro na condição de escravo. Os escravos preservavam e se reapropriam de sua cultura, crenças, valores, ritmos, danças, instrumentos, sabores e culinárias. A tentativa da preservação da cultura pode ser visualizada através da experiência religiosa através de seus cultos e danças. Ao longo do texto acima citado o pesquisador nos apresenta outras formas de resistência ao sistema escravista que não seja apenas a oposição



complementando o conceito de resistência como uma forma de reelaborar outro modo de vida. Dessa forma poderemos compreender que:

- ✚ A resistência como oposição não foi a única forma de os africanos e seus descendentes se posicionarem diante do sistema escravista;
- ✚ Nem todos os africanos e seus descendentes opunham-se ao sistema escravista;
- ✚ Alguns resistiam ao escravismo, outros se acomodavam á situação escravista, e muitos foram cooptados pelo sistema, reproduzindo seus valores e suas lógicas, como forma de reexistirem. Processos de reapropriação do modo de vida e das razões de viver podem ter sido desencadeados, mesmo diante de uma resistência mais radical ao sistema escravista. Com essa demarcação, estamos partindo do pressuposto de que seja qual tenha sido a posição tomada por eles/elas, a análise sobre essas situações não pode deixar de considerá-los/as como sujeitos históricos.

Viver a dicotomia de ser tratado como objeto de trocas econômicas e produto de riqueza pelo trabalho, resumi o olhar lançando ao africano e seus descendentes na história colonial e imperial do Brasil. Segundo o historiador africano Ki-zerbo os espanhóis e os portugueses usaram a escravidão dos negros africanos para o povoamento e exploração das colônias, devido ao posicionamento contrário da igreja sobre a escravidão indígena. Ele complementa dizendo que a escravidão de pretos dóceis, robustos e aclimatados às regiões tropicais foi considerada pela igreja como um mal menor. O padre Antônio Vieira afirmava que Deus permitiu a escravidão dos negros para melhor encaminhá-los para a salvação.

Analisando as afirmativas acima, é fácil compreender a fonte de enriquecimento do sistema escravista durante tantos séculos e que os europeus, brasileiros e africanos tinham o escravo como sua moeda de troca e fonte de lucros econômicos.

O enfraquecimento do comércio de africanos e seus descendentes se deram principalmente pelo colapso do sistema econômico escravista. A reexistência negra contribui para uma oposição ao escravismo, estruturada pelo movimento escravista que obviamente negava qualquer forma de escravidão. Os quilombos juntamente com as fugas e as invasões dos engenhos, foram as formas mais radicais de

oposição ao escravismo, conseqüentemente de resistência, além do desenvolvimento do capitalismo industrial que impôs o trabalho livre com a forma mais adequada de desenvolvimento, conseqüentemente de progresso, juntamente com os movimentos sociais da época.

## 7.7 Um olhar sobre o currículo

Os textos discutidos na disciplina currículo, ministrado, pela professora Shirley Resende Sales foram extremamente adequados ao enfoque do plano de ação executado, pois contempla a infância através de um diálogo com as famílias e pares. As pesquisadoras Lucíola Paixão e Marlucy Licínio através do texto Dicionário Crítico da Educação apresentam uma acessível definição do termo currículo. Segundo elas, o significado de currículo estava atrelado a um arranjo sistemático de matérias, disciplinas e conteúdos. Mais tarde entendia-se que se tratava de um conjunto de estratégias para preparar o jovem para o futuro ou vida adulta. Esta expectativa de preparação também se estendia às crianças. Obviamente ao longo dos anos outras definições surgiram, mas nos dias atuais podemos considerá-lo segundo as autoras um artefato cultural, á medida que traduz valores, pensamentos e perspectivas de uma determinada época ou sociedade.

Através do texto, podemos também interpretar que com o passar dos anos o currículo recebeu várias conceituações dentre elas: resultado de experiências vivenciadas pelos educandos com a coordenação da escola, campo de ensino e pesquisa pela faculdade e universidade (anos 60), possibilidade de controle do processo educativo, com a influência americana através do tecnicismo (anos 70), interferências políticas, econômicas socioculturais (anos 80) e território de produção de conhecimento e campo de contestação cultural, negando a definição de local de mera transmissão de conhecimento.

Ao longo das minhas observações e leituras durante a execução do plano, foi possível perceber que o desconhecimento, aliado a presença de ações discriminatórias dificulta a implantação de projetos nas instituições. A pesquisadora Nilma Lino Gomes (2002) apresenta essas duas situações de racismo e desinformação sobre a ascendência africana no Brasil com sérios obstáculos para efetivação de uma consciência coletiva que deseja uma sociedade mais justa e igualitária.

Nosso país apresenta uma população majoritariamente afrodescendente segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O conhecimento da nossa história e heranças africanas contribui muito para o processo de formação do sujeito e esta discussão deve ser incluída no currículo, “mesmo que seja por força da lei”.

As pesquisadoras Lucíola e Marlucy enfatizam a impossibilidade de um currículo neutro, afinal o currículo historicamente foi usado para a perpetuação de uma classe dominante eurocêntrica que dita normas, regras, padrões estéticos e tendências de mercado tendo como um dos seus objetivos o intuito da preservação dos seus interesses, conseqüentemente manutenção do poder. O currículo realmente não é desinteressado, como define Marlucy Licínio. Ele ensina, educa e produz sujeitos, que está em muitos espaços desdobrando-se em diferentes pedagogias. O que mais me incomoda é perceber como toda esta trama penalizou, silenciou e negligenciou as camadas populares através da exploração da mão de obra barata desqualificando inúmeros homens e mulheres, idosos, jovens e até mesmo crianças. Dificilmente a identificação do pertencimento racial destes excluídos causa admiração a qualquer cidadão, os dados não nos deixam mentir e tornando-se possível concluir que a pobreza em nosso país tem cor.

Novamente volto ao texto da professora Nilma Lino Gomes, dando ênfase às palavras de Bento (2002).

*[...] Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a esta informação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social. Com certeza esse dado é importante, mas não é só isso (p. 27).*

Ao analisar as teorias tradicionais, críticas e pós-críticas, foi justamente na pós-crítica que consegui concentrar atenção e admiração. Se as teorias tradicionais através dos conservadores e progressistas nos lembram a todo instante sobre a

perpetuação das desigualdades sem oferecer grandes possibilidades de mudanças, as teorias críticas apontam caminhos conturbados, onde a relação de poder está diretamente relacionada ao processo de dominação e troca de lugares. As teorias pós-críticas da educação baseiam-se na luta social, debate das demandas das minorias dando ênfase a questões como gênero e classe, escolhas sexuais, cultura popular, nacionalidade e colonialismo, raça e etnia, religiosidade e etnocentrismo, construcionismo da linguagem e textualidade, força da mídia e artefatos culturais, ciência e ecologia, processo de significação e disputas entre discursos, políticas de identidade e da diferença e outros.

O comprometimento com a educação pública, gratuita e de qualidade para todos é o lema desta teoria. O texto *Diferença pura* de um pós-curriculo de Corazza, nos apresenta a proposta do pós-curriculo que diz não a exclusão, políticas neoliberais, privatizações e mercantilização da educação. O pós-curriculo ou curriculo da diferença não se alia a nenhum dos currículos oficiais. Tão pouco considera os diferentes culpados ou vítimas.

O processo de produção de um curriculo pós-crítico é democrático e preza a participação dos que representa, tais como: profissionais da escola, professores, alunos, movimentos sociais, sindicatos, parlamentares e outros. No campo cultural o pós-curriculo privilegia uma política curricular intercultural, promovendo momentos para reflexão, tais como: seminários de questionamentos, projetos de problematizações, diálogos entre programas e ações cooperativas entre professores e alunos de uma comunidade, rede, região. Este curriculo é exercido em comunidade formal ou não, podendo estar presente em vários locais como: locais de trabalho e lazer, campo, cais, ilhas, praças, pátios, associações, ginásios, ruas, assentamentos, parques, viadutos, até em escolas.

Independentemente do curriculo escolhido, se tradicional, crítico ou pós-crítico, a nossa intenção é que ele seja efetivamente antirracistas, valorizando também as culturas populares como produtoras e não só consumidoras de cultura. A hipervalorização da cultura européia deve ser repensada e as culturas afrodescendente, africana e indígena devem receber igual destaque.

## 8.0 SEMINÁRIO



O 1º Seminário sobre Educação e Relações Étnico-Raciais foi a culminância do plano de ação e seguramente um grande desafio profissional. Ao refletir sobre o dia 28 de outubro de 2011 concluí que quando acreditamos em uma educação de qualidade e contribuimos com ideias e ações fazemos a diferença.

Minha primeira abordagem com a direção, ainda nas férias de julho de 2011 não teve sinais de resistência ao tema, mas grande preocupação com o tempo. O aprendizado adquirido no LASEB, aliado a minha identificação com o tema, contribuiu para estimular a participação do grupo. Em momento algum, quis ser a única referência do seminário, queria contar com a cooperação e envolvimento dos meus pares. Conforme esperado conseguimos parceria com a Gerência Regional de Educação (GERED) e Secretaria Municipal de Educação (SMED) que nos incentivou e orientou quando necessário.

O seminário foi realizado na UMEI Paraúnas e contou com a presença das famílias, profissionais e visitantes. Cabe lembrar que o interesse e envolvimento apresentado por muitos colegas foi um diferencial e o reconhecimento dos participantes emocionou o grupo.

## 8.1 Abertura

Os participantes logo no início do seminário foram presenteados com uma bela história sobre Mitologia africana pela Adriana Nascimento, colega de classe e bibliotecária da rede municipal. Após sua apresentação desafiou todo grupo a descobrir uma técnica revolucionária que iríamos experimentar. Mesmo com as dicas, não muito “justas”, diga-se de passagem, ninguém conseguiu acertar. A tal técnica mencionada era simples, gratuita e pouco explorada por muitos, devido nossa correria e resumia-se na troca de abraços. Foi um show de abraços curtos, longos, ternos e francos. Em seguida, Adriana nos apresenta a belíssima lenda de IFÁ, O ADIVINHO.

Ifá é o senhor do saber ancestral, aquele que tudo vê e tudo sabe. No entanto, em relação a si mesmo, o seu poder mostra-se inócuo; pois ele é humano. Os outros humanos procuram o adivinho para resolverem seus dramas pessoais, ou ainda, para conhecerem as encruzilhadas do destino. Lá onde estão os futuros conflitos. Ifá não tem a quem recorrer. Ele precisa achar solução para seus problemas e não há como sabê-los antecipadamente. Essa incoerência que se instala na vida de Ifá, ou seja, a visão (para os outros) e a cegueira (para si), é o motivo denotador do conflito na narrativa: *“a Morte o odiava”*

Machado, Sátira P. – Brose, Elizabeth R. Z.

“Em tempos antigos, na África negra, um adivinho chamado Ifá jogava seus búzios mágicos e desvendava o destino das pessoas que o consultavam. Ele as ajudava a resolver todo tipo de problema, mas o que mais gostava de fazer era auxiliá-las a se defender da Morte. Um dia, a Morte, irritada com a intromissão de Ifá em seus negócios, decidiu acabar com ele. Ifá foi salvo da Morte pela intervenção de uma corajosa donzela chamada Euá, e pôde continuar seu trabalho de ler a sorte, predizer o futuro e proteger as pessoas da Morte.

Reginaldo Prandi (2002)

## 8.2 Infância e as relações Étnico-Raciais



*“ainda estamos muito distantes de poder dizer que as crianças não atribuem valores superiores aos traços físicos de pessoas brancas e, inversamente, inferiores, aos dos negros”*

(Trinidad, 2011, p.164).

Esse foi o primeiro tema a ser apresentado aos participantes. A identificação que tive com a discussão sobre Educação e Relações Étnico-Raciais permitiu lançar-me um grande e prazeroso desafio, ser palestrante do 1º Seminário UMEI Paraúnas. A tensão foi substituída pela disciplina com os estudos, na tentativa de contemplar os participantes com informações que fosse capaz de ampliar o conhecimento dos mesmos.

Ao falar sobre infância, considero importante elucidar o cuidar e educar eixos norteadores do trabalho desenvolvido no espaço da educação infantil. As Unidades Municipais de Educação Infantil na Rede Municipal de Belo Horizonte surgem com uma proposta muito clara de educação pública de qualidade com planta física adequada, materialidade e profissionais capacitados.

### 8.3 Brincar

A satisfação direta ou deslocada, obtida na atividade lúdica, cede progressivamente o seu lugar ao prazer no produto terminado da atividade... por alguns autores é considerado o indispensável pré-requisito para o bom rendimento escolar da criança.

(Buhler, 1935).

Apresentei aos participantes o olhar do psicanalista José Ottoni Outteiral, o autor aborda as questões familiares, enfatizando aspectos culturais e psíquicos, focalizando as relações de pais e filhos. Dentre as preocupações de José Ottoni estão a desinvenção do brincar e a terceirização das funções parentais. Em um dos seus livros, Clínica Psicanalítica de Crianças e Adolescentes (2006) ele aborda o estudo da atividade lúdica da criança nos diversos estágios da Psicologia Evolutiva. O psicanalista atende crianças e adolescentes há aproximadamente 30 anos e ao longo deste período lançou um olhar privilegiado para as relações familiares ao longo dos seus atendimentos. Para ele os momentos de intimidade na relação criança/adulto são de extrema importância, porém cabe às figuras adultas dar maior importância ao brincar. Outteiral relaciona sabiamente o brincar com a possibilidade de intimidade e respeito, e o brincar pode ser livre ou direcionado, o importante é que ele esteja presente.

Sobre a figura adulta, José Ottoni volta seu olhar aos pais, ao longo das suas observações ele questiona o posicionamento de alguns pais que preferem ocupar o lugar de amigo. A discussão não pretendia distanciar as famílias, tão pouco ditar padrões de relacionamentos, mas deixa claro que referência adulta não pode assumir o lugar de amigo, deixando de lado a árdua responsabilidade da paternidade e maternidade responsável. É possível ser pai ou mãe e mesmo assim amar e ser amado, fazer e receber confidências, admirar e ser admirado sem precisar se ausentar da função de responsáveis dando limites ou fazendo uso da assertividade nos devidos momentos. Essas atitudes não devem ser transferidas e os filhos (as) são capazes de compreender e até mesmo sentem falta de limites, conselhos e outras orientações. Cabe ressaltar o papel da escola em socializarem estas informações com as famílias, aproveitando momentos de encontros como reuniões ou até mesmo agendamentos individuais.

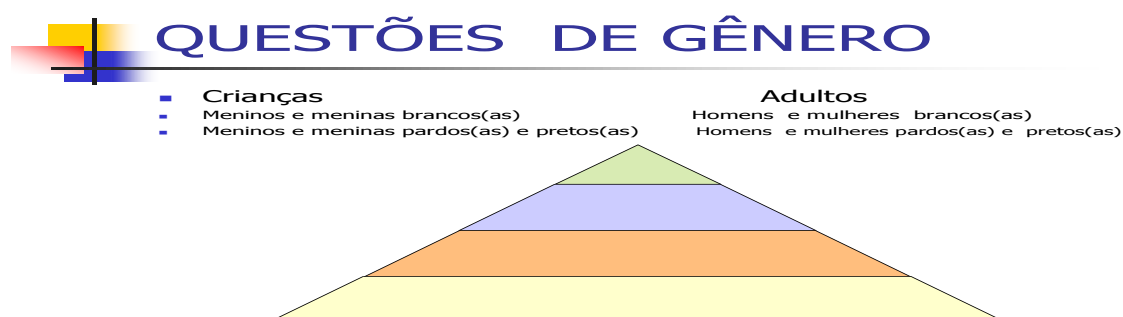


## 8.4 Professor / Pesquisador

Considerei de suma importância apresentar aos participantes a possibilidade de repensar a organização escolar a partir da disciplina de Pesquisa e intervenção na escola. Esta disciplina me abriu os olhos para a necessidade e possibilidade de desenvolver um trabalho mais voltado para a pesquisa, não desconsiderando os possíveis desafios de ser professor (a) / pesquisador (a).

Ao longo do desenvolvimento do plano, ficou evidente que ficamos com mais poder (*empowerment*) para agir em situações relacionadas às Relações Étnico-raciais na sala de aula e nos demais espaços da escola. Com base no quadro sobre modalidades de investigação-ação na prática educativa, foi possível enquadrar o plano, na pesquisa-ação emancipatória, pois: As decisões são tomadas coletivamente e as relações de poder são diluídas, Movimento dialético entre teoria e prática, a colaboração e a co-produção predominam problematização das implicações histórica e política implícita nas práticas sociais colaborativas, revalidação dos conhecimentos teóricos e práticos por meio da reflexividade crítica. A pesquisa na vida de um professor não pode se limitar ao período da graduação, ao pesquisar os profissionais tem a possibilidade de ampliarem e aprofundarem seus conhecimentos, além de preferencialmente socializarem estas descobertas no espaço escolar com pares e alunos.

## 8.5 Questões de Gênero



A pirâmide é meramente ilustrativa e serve para representar como a presença negra através dos pardos e pretos pode circular tranquilamente na base e

ápice. Se o enfoque da questão é a porcentagem de afro-descendentes bem sucedidos, com acesso ao ensino, trabalho e moradia é no ápice que eles se encontraram, obviamente representando um pequena porcentagem. Porém quando se muda o enfoque e passamos a enfatizar o universo de excluídos ou até mesmo em situações de extrema pobreza e miséria é na base da pirâmide que encontramos os pardos e pretos aos milhões.

Dentre os vários níveis de ensino, é na educação infantil que encontramos maior equidade étnica. Ao aumentar o corte etário vai se evidenciando uma presença majoritariamente branca. Nas séries finais do ensino fundamental e principalmente no ensino médio o fator étnico-racial é acrescido do quesito gênero, pois são os alunos do sexo masculino pardos e pretos que apresentam os maiores índices de retenção e evasão escolar. A presença de jovens sem formação específica em um mercado de trabalho que a cada dia se torna mais exigente acaba justificando mesmo que parcialmente os altos índices de desemprego, subempregos e marginalização.

A alta mortalidade de jovens negros não pode deixar de ser mencionada, são eles as maiores vítimas da violência urbana que mais parece uma guerra não declarada. Estes jovens são alvo de abordagens policiais mesmo em situação pouco suspeita, alvo de seguranças e fiscais de lojas e representam a maior parte dos presidiários do nosso sistema carcerário que ainda é muito frágil, superlotado e improvisado devido aos baixos investimes público.

“o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, eqüidade é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias etc. (SPOSATI, 2002.p.05)

Segundo dados do IBGE, ao considerarmos a taxa de desemprego com pessoas com mais de 16 anos, seguindo critérios de sexo cor/raça e a média de anos de estudos pelo mesmo critério, podemos concluir que as mulheres negras vivem uma desvantagem histórica e as questões de gênero lançam um peso ainda maior para as essas mulheres, afinal são excluídas duplamente enquanto mulher devido o machismo que impera em nossa sociedade e devido o pertencimento

racial. A cor da pele em uma sociedade onde o preconceito é de marca atribuí ou retira méritos de um indivíduo deixando marcas emocionais profundas. O mais difícil é perceber que tal situação é naturalizada e nem sempre é acompanhada de indignação e sim pelo silenciamento da sociedade. A presença feminina nos postos de trabalho é grande e certamente as mulheres negras compõem o maior índice, mas nos cargos que exigem formação acadêmica ou cargos de chefia é fácil notar a ausência desta mulher. Segundo a pesquisadora Guacira Lopes Louro, nossa sociedade privilegia um perfil de cidadão: homem branco heterossexual de classe média urbana. Em seguida nesta mesma pirâmide surge a mulher branca, o homem negro e por último a mulher negra, nesta mesma hierarquização é possível constatar as diferenças salariais. Cabe lembrar, que mesmo em situação onde brancos e negros tenham formação similar com graduação, pós graduação, especializações e outros cursos, os salários pagos aos profissionais brancos tendem a ser maiores, os salários ficam vinculados à cor e sexo do indivíduos.

## 8.6 Indígena na Região Metropolitana

O Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) foi fundado em 1985 e o seu nome é uma homenagem ao trabalhador rural e sindicalista. O mesmo foi assassinado no Vale São Francisco em 16 de dezembro de 1984. O CEDEFES é uma Organização não Governamental (ONG) e sua sede atual é em BH, Minas Gerais, e tem como objetivos a promoção de informações, formação cultural e pedagógica. O foco dos seus registros e documentações estão diretamente relacionados à educação, formação social e política dos povos indígenas, trabalhadores rurais, alunos e professores na região metropolitana. As questões agrárias, indígenas e mais recentemente com os afrodescendentes são os temas centrais dos trabalhos nesta organização. Esta ONG é o único centro de documentação voltado para o resgate, registro e preservação da história dos povos indígenas, no estado de Minas.

O trabalho de conscientização com pessoas do povo, crianças, jovens e adultos é recente e propõe uma relação mais esclarecedora. Desta forma, surge a possibilidade de uma relação mais próxima e respeitosa. O CEDEFES conta com um quadro de associados com experiência junto aos movimentos populares e/ou especialistas nos eixos temáticos priorizados. A organização desde sua fundação

desenvolve inúmeros projetos dentre eles: Quilombos Gerais, Experiência de Assentamentos, Indígenas na região Metropolitana e Fortalecimento da Federação das Comunidades Quilombolas.

A segunda palestra da manhã trouxe a temática indígena através da historiadora e funcionária do CEDEFES Ana Paula Ferreira de Lima, acompanhada dos indígenas da etnia Pataxó Juliana e Atikauã. A entrada dos mesmos despertou extremo interesse dos convidados e minutos de flashes, ambos estavam com belas vestes e adornos feitos com grãos e fibra de bananeira e cocares multicores. As pinturas no rosto e corpo completaram o figurino.

### 8.7 Relatos indígenas



O primeiro relato foi com a jovem Juliana, indígena da etnia Pataxó, que mora na região metropolitana desde os sete anos de idade. A mesma é do Espírito Santo e morava a beira mar o que a permitia contato intenso e contínuo com a natureza. Segundo ela, o período escolar não foi muito fácil devido atitudes preconceituosas manifestadas de colegas e unido com o silenciamento dos professores e demais profissionais da escola, situação que a trouxe muito sofrimento.

Ela afirma ter passado por inúmeras situações de discriminação, mas lembra de uma entrevista de emprego. Durante uma dinâmica ao afirmar sua ascendência foi ridicularizada, retirada da disputa e lembrada que a vaga não era para indígenas. Segundo ela, esta foi uma das maiores situações de preconceito vivida por ela que mais uma vez teve que se calar diante ao preconceito, talvez por que já estivesse se acostumando com ele.

Os participantes perguntaram como os indígenas lidam com as crianças gêmeas e especiais, os mesmos queriam saber se elas realmente são assassinadas e/ou enterradas vivas. Juliana surpreendeu-se com as perguntas e disse que nunca presenciou tal fato e que esta crença já foi praticamente superada. Ela deu um

exemplo pessoal, nos contou sobre a sobrinha especial que é filha de sua irmã. Elas moram em uma reserva e por isso são reconhecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). A sobrinha da Juliana tem necessidades especiais e recebe acompanhamento médico regular e encontra-se em recuperação e enfatiza que a mesma é saudável, feliz e amada.

O segundo relato foi com o jovem Atikauã, também Pataxó que diferentemente da Juliana mora em uma aldeia em Porto Seguro e tem a atividade de guia turístico como ofício, apresenta com muito “gosto” a natureza e a cidade natal para os turistas. Está em BH há aproximadamente dois meses comercializando artesanato em madeira, mas diz que não vê a hora de voltar. Para Atikauã viver na cidade e assumir-se índio é muito difícil. Segundo ele não é possível usar uma veste indígena e transitar pelas ruas sem ser desrespeitado.

Ele nos apresenta a história do índio do século XXI e a história decepcionou parte expressiva dos participantes por ser modificada, ofuscada e muito parecida com a história de inúmeros brasileiros e brasileiras que vivem em grandes bolsões de pobreza. A realidade de terras e alimentos escassos também afetam os índios e o seus momentos ritualísticos que para muitos são o resumo da essência indígena dão espaço para aos conflitos da vida moderna. Desta forma, os índices de violência são altos e muito relacionados à falta de ocupação e vícios com bebidas alcoólicas e demais drogas ilícitas. Atikauã chama a atenção de todos os participantes sobre a forma incorreta que ensinamos a música indígena, ele diz que o que ensinamos é um convite para uma luta ou guerra. Ele agradeceu o convite e frisou que momentos como o seminário aproxima as culturas e nos possibilita sanar dúvidas e vencer preconceitos.



## 8.8 História e cultura afro-brasileira e africana

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

(BRASIL, 2004, p. 3) Diretrizes Curriculares Nacionais

Durante séculos a história e cultura afro-brasileira foram descritas e escritas em caráter unívoco. De um lado um povo considerado desbravador, trabalhador, intelectualizado e bom, no outro um povo rotulado de domesticável, acomodado, com baixo intelecto e imputável.

A apresentação da história e cultura afro-brasileira e africana foi apresentada aos participantes juntamente com um grande desejo de desfazer rótulos seculares em nossa história. A professora Dr<sup>a</sup>. Shirley Miranda, coordenadora do curso de pós-graduação sobre Educação e Relações Étnico-Raciais LASEB/UFMG, foi a palestrante sobre a História e Cultura afro-brasileira e africana. Ela abrilhantou a discussão falando sobre o período colonial, a escravização, miscigenação, África, resistência negra, mito da democracia racial, pesquisas sobre relações étnico-raciais além de um rico comentário sobre política de cotas diante de um pedido de uma participante. Porém darei destaque a uma lenda africana e uma tela de Modesto Brocos que encantaram os participantes. A lenda foi a Baobá, árvore milenar de incrível beleza e que alcança de 5 a 25 metros de altura e até 7 metros de diâmetro. Essa árvore, no período da escravização, simbolizava uma espécie de ruptura do negro africano escravizado com suas origens, pois ao serem capturados tinham que dar incontáveis voltas ao redor destas árvores com o intuito de esquecerem sua história antes de serem enviados para uma dolorosa, maléfica e desumana experiência, a escravidão. Diante desse cenário homens, mulheres e crianças tinham o rumo de suas vidas mudado sem seu consentimento e durante séculos foram violados, explorados, maltratados, negligenciados e reduzidos a coisas, objetos de troca e fonte de enriquecimento para seus escravizadores.

A imagem da tela A Redenção de Cam feita no século XIX está imortalizada através da pintura a óleo sobre tela de Modesto Brocos, este por sua vez consegue exprimir o ideal de branqueamento que vigorou durante séculos em nosso país. Através da leitura da imagem da tela os participantes tiveram a possibilidade de

perceber a sutileza e crueldade do racismo. A Redenção de Cam representa toda a expectativa de uma família sobre o novo ser que habita este lar. A avó negra (África) diante aos demais membros da família, a jovem afrodescendente e o homem aparentemente europeu, demonstra agradecer aos “Deuses” pelo neto de pele clara, prevendo uma trajetória melhor e com poucas possibilidades da criança ser vítima de exclusão e discriminações. Essa atitude me permite avaliar não necessariamente a negação de uma etnia, mas a negação ao sofrimento vivenciado na pele, por uma mulher, negra e possivelmente escrava liberta.



**Brocos, Modesto**  
***A Redenção de Cam***,  
1895  
óleo sobre tela, c.i.d.  
199 x 166 cm  
Museu Nacional de Belas  
Artes (Rio de Janeiro, RJ)  
Reprodução fotográfica  
César Barreto

O Carlos Moore é professor, escritor cubano radicado na Bahia e Doutor em Ciências Humanas e Etnologia. Ele diz que no contexto da história geral da humanidade, a África apresenta, em planos diversos, um conjunto impressionante de singularidades que remetem a interpretações preconceituosas e muitas vezes contraditórias. É provável que nenhuma das regiões habitadas do planeta apresente uma problemática abordagem histórica tão complexa quanto África. Para ROCHA (2009) a afirmativa acima está relacionada a muitos fatores, dentre os quais podemos destacar: a sua extensão territorial; uma topografia extremamente variada; a existência e interação de mais de 2.000 povos com diferentes modos de organização e a mais longa ocupação humana de que se tem conhecimento (2 a 3 milhões de anos).

Ter um entendimento da visão equivocada que temos sobre o continente africano foi o que mais me marcou. O pré-conceito em generalizar um continente

inteiro evidenciando apenas suas mazelas, conflitos, doenças e animais selvagens, demonstra o tamanho do desconhecimento sobre a história de África.

O professor Henrique Cunha Júnior (2002), explicitando as justificativas para o ensino de História da África, aponta-nos questionamentos: “Como entender a história econômica do capitalismo, ou mesmo do colonizador português, sem uma base historiográfica africana?”.

A compreensão da África setentrional e subsaariana foi importantíssima, a primeira foi berço de civilizações florescentes, como a dos egípcios e a dos cartagineses. Já a segunda teve sua ocupação prejudicada por fatores de ordem geográfica e ambiental: solo pouco fértil, grandes extensões cobertas por florestas e a presença de agentes transmissores de doenças.

Segundo Hernandez (2005), o termo africano ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui um amplo aspecto de significações negativas tais como frouxo, fleumático, indolente e incapaz, todas elas convergindo para uma imagem de inferioridade e primitivismo. Em outros termos: aproximando por analogia o desconhecido ao conhecido considera-se que a África não tem povo, não tem nação e nem Estado; não tem passado, logo, não tem história. Diante de tais afirmativas torna-se evidente a existência de duas Áfricas com aspectos geográficos diferentes, classificadas por estágios de desenvolvimento, povoadas por raças distintas e atribuindo a uma atraso e a outra desenvolvimento. A África ao Sul do Saara é identificada como África negra e a ela é atribuída exotismo, primitivismo e caos, é tratada como um todo indiferenciado.

A organização dessa disciplina foi brilhante, pois estudar a África fora do momento de exploração colonial e da diáspora negra nos permite ler e interpretar a história do continente africano com outro olhar. O estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro através das áreas sociais, econômicas e políticas tornou-se obrigatório, através da lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais.

O conteúdo da disciplina de Introdução à História da África foi valiosíssimo para a desconstrução de rótulos identificadores contra o continente Africano e seu povo. Através das formações continuadas e outros momentos de reflexão dentro e fora do espaço escolar será possível ampliar o conhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana. Ao contar com uma rica fundamentação



os educadores poderão contribuir dentro dos espaços públicos e privados, incentivando o desenvolvimento de projetos capazes de contar e recontar uma história que não se limita a escravidão negra, mas também as várias formas de luta e resistência negra que marcaram nossa história, mas ainda são pouco difundidas.

## 8.9 Experiências na Rede

Art. 4º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.

(BRASIL, 2004, p. 3) Diretrizes Curriculares Nacionais

O encerramento do 1º Seminário Sobre Educação e Relações Étnico-Raciais na Infância contou com a educadora, mestre em educação e membro do Núcleo de Relações étnico-Raciais e Gênero da Secretaria de Educação de Belo Horizonte, Rosa Margarida. A mesma reconheceu e parabenizou a iniciativa bem sucedida da escola em desenvolver um seminário que envolveu o grupo em torno de uma proposta institucional privilegiando o respeito, a diversidade e a diferença. Para ela a iniciativa de envolver as famílias dando a elas papel de destaque vai ao encontro da filosofia da Secretaria Municipal da educação (SMED) que acredita e estimula a parceria família/escola.

Segundo a palestrante, a resistência de muitas instituições em desenvolver projetos ou estratégias de trabalho com o temática étnico-racial é grande. Iniciativas como as da UMEI contribui imensamente pra a quebra de rótulos, preconceitos e trazendo mudanças de postura. Ela lembra que lutar contra o preconceito, racismo e outras discriminações é lutar contra o mito de uma democracia racial.

A Rosa comemora outras experiências bem sucedidas na Rede deixando claro que iniciativas que promovam uma educação justa e igualitária sempre merecerão destaque e incentivos. Uma das páginas da Revista Relações Étnico-racial foi reservada para a palestrante deixar sua impressão sobre a literatura afro-brasileira e africana. Para ela a literatura tem um papel significativo na empreitada

de contribuir para redimensionar nosso olhar em face de nós mesmos e do mundo que nos rodeia. Torna-se assim, um veículo de construção e transmissão de ideais e valores de uma sociedade. De forma especial, contribui para o seu desenvolvimento social e a construção de conceitos, formando, opiniões a respeito de ambientes, pessoas sentimentos. Através de textos e imagens transmite mensagens, cristaliza percepções sobre o mundo imaginado.

Diante das afirmativas, Rosa lança uma pergunta para que possamos refletir. Quais têm sido as imagens, os enredos e as mensagens construídas sobre o povo negro através da literatura ao longo do tempo?

Enriquecendo a discussão, ela diz que inúmeros estudos sobre a literatura infanto-juvenil brasileira foram realizados atestando que os negros são invisibilizados, ou ainda possuem sua historicidade vinculada ao processo produtivo e a escravidão. A literatura refletia a postura discriminatória e preconceituosa presente na sociedade brasileira sobre este povo. Em seus textos e imagens, a literatura apresentava os negros quase que somente em papéis cristalizados, vinculados à situação de escravizados, subalternos, vítimas naturais de sofrimento, dor e inferioridade, além dos traços físicos étnicos representados de forma caricata e grosseira.

Ela parece se animar com uma significativa mudança. Afirma que podemos encontrar no mercado editorial brasileiro obras que representam com dignidade e de forma positiva a história e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros. Sabendo que isto é fruto de uma árdua luta e reivindicações de longa data por parte dos movimentos sociais negros.

Dessa forma, a educadora conclui que a literatura poderá cumprir seu importante papel na construção positiva da identidade étnico-racial e para o desenvolvimento psicossocial e cultural de meninas e meninos no país quando:

- ✚ Mostrar imagens positivas e esteticamente bem cuidadas, com textos que prime pelo respeito do ser criança negra e juntamente apresentarem em seus livros as marcas da diferença, mas sem hierarquização.
- ✚ Apresentar histórias da heroicidade negra nas terras africanas e brasileiras.
- ✚ Apresentar textos interessantes e ricos fazendo uma revisão da história negra, resgatando a identidade e a dignidade deste povo.

## 9 AVALIAÇÃO

Este plano de ação conseguiu se concretizar devido a dedicação e disciplina dos seus vários atores. A disponibilidade das famílias e colegas em cederem parte do seu tempo nos momentos de encontro como reuniões, seminário e mostra cultural sinaliza um perfil de educadores e famílias presentes e envolvidos com as estratégias que promovam qualidade na educação oferecida aos filhos.

A apresentação das leis 10.649/03 e 11.645/08 facilitaram a compreensão dos participantes sobre as atitudes racistas e discriminatórias que ocorrem corriqueiramente no interior das escolas e nos lares brasileiros. Porém, destaco as “Dez maneiras de contribuir para uma infância sem racismo do Fundo das Nações Unidas (UNICEF)”, como um facilitador durante o dialogo com as famílias, devido sua mensagem simples e objetiva. Uma das dicas diz que textos, piadas, olhares, histórias e expressões podem ser estigmatizantes e as famílias e profissionais da escola devem apoiar as crianças que se sentem discriminadas. Este material contribui para que os envolvidos comecem a compreender a sutileza sempre mencionada nos textos que retratam as relações raciais.

Na culminância do plano que foi o seminário e especificamente durante minha fala percebi olhares atentos e sinais de concordância sobre as questões abordadas. A observação foi consolidada no intervalo, através das abordagens dos participantes que elogiaram as apresentações e afirmaram ter passado ou presenciado situações parecidas. Foi emocionante! Porém, nada foi mais evidente que a surpresa de muitos, diante da possibilidade de um espaço de educação infantil conseguir mediar uma discussão com tanta qualidade, envolvimento coletivo, compromisso e emoção, nos permitiu entender que valeu muito sonhar e realizar este grande sonho.

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As emergentes discussões raciais vividas no Brasil nos últimos anos estão diretamente relacionadas a inúmeras lutas dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro. A obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena através das Leis 10.639/03, 11.645/08 formaliza a discussão. As Diretrizes Curriculares Nacionais contribuem para a formação e o entendimento dos profissionais. Estes, por sua vez, juntamente com a gestão, terão como desafio assegurar aos educandos, suas famílias e aos demais funcionários acesso à história do Brasil e de África, contada sem omissões muitas vezes intencionais que sempre colocaram os afrodescendentes, africanos e indígenas no lugar da subordinação.

A proposta de ressignificar as relações étnico-raciais vai ao encontro da necessidade de desmistificarmos a inexistência de manifestações racistas e discriminatórias dentro do espaço de educação infantil. Para que tal conhecimento sobre as relações étnico-raciais seja efetivamente apresentado nas instituições, torna-se necessário criar condições dignas de discussão e diálogo entre os profissionais, as famílias e os educandos. Devemos lembrar que a abordagem com os educandos deve considerar o corte etário e o nível de entendimento.

Apresentar a educação infantil como local de construção de conhecimento e espaço para diálogo sobre problemas emergentes em nossa sociedade não é tarefa fácil, mas possível. Tal condição pressupõe avanços educacionais no qual a criança deixa de ser considerada uma aposta para o futuro e passa a ser reconhecida como sujeito de direitos. As políticas públicas, também chamadas de ações afirmativas emergem como uma possibilidade concreta de corrigir as históricas estatísticas que apontam os alunos afrodescendentes como as maiores vítimas de exclusão dentro do espaço educacional.

Não podemos considerar mera coincidência que justamente os alunos enquadrados nesse grupo étnico sejam os que mais apresentam rendimentos medianos e baixos se comparados aos seus pares de idade, sem causar incômodo a muitos professores e gestores.

O espaço escolar não pode se portar no plano da tolerância convencionalizada. Não queremos suscitar a mera possibilidade de tolerância nas

relações entre criança/criança e adulto/criança dentro das instituições. O que deve prevalecer é o respeito às diferenças.

O olhar lançado em África durante séculos de história está diretamente relacionado ao período colonial. Desta forma, este continente e os seus habitantes convivem com rótulos identificadores que quase sempre desqualificam seu povo, sua cultura, suas crenças e suas várias contribuições ao longo da história. Para Ubiratan Castro presidente da Fundação Palmares somos herdeiros de uma sociedade escravista que durante 388 anos (1500-1888) se organizou em torno da exploração dos africanos e de seus descendentes. O negro não era considerado sujeito, mas sim um objeto, com todo o aparelho jurídico, ideológico e cultural justificando essa exclusão.

Precisamos evitar os mesmos erros, dentre eles o de continuar acreditando em uma democracia racial, o de reduzir o continente africano apenas à miséria, fauna exuberante, fome e doenças e o de omitir a história de resistência negra iniciado desde o período da diáspora. Essa discussão não propõe fechar os olhos para as próprias mazelas ou de outrem. A intenção é perceber que a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena são plurais e suas heranças também.

O contínuo aprendizado dos profissionais e famílias irá contribuir para que os envolvidos repensem os olhares estigmatizantes lançados sobre o espaço da educação infantil. Muitas vezes, esse local historicamente romantizado tende a ser reduzido a um local de meros cuidados. Vivemos em um país com relações socioeconômicas desiguais e discursos machistas que tendem a desvalorizar atividades nas quais a presença feminina seja majoritária. Na educação infantil não é diferente.

Portanto, a atenção do professorado deve ser contínua, inclusive na oferta de materiais didáticos, que devem ser adequados as idades, sem conter conteúdo preconceituoso, racista ou discriminatório. A história e cultura afro-brasileira e indígena conforme as Leis 10.639/03 e 11.645/08 devem ser obrigatoriamente contempladas nos estabelecimentos de ensino.

Caberá aos gestores garantirem este diálogo entre a comunidade escolar. Aos educadores cabe a tarefa de usufruir dos materiais didáticos do acervo de sua instituição, aderir ou cobrar o acesso às formações continuadas e socializar experiências profissionais bem sucedidas, sem perder o foco que é o desenvolvimento e bem estar do aluno.

Dessa forma, será possível alcançar parte dos objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana que prevêem políticas de reparações, de reconhecimento e valorização dos negros, proporcionando o ingresso, a permanência e o sucesso na educação escolar.

Podemos considerar as discussões sobre as relações étnico-raciais dentro do espaço da educação infantil uma ação de integração entre educação e cuidados. Devemos ensinar as crianças a valorizarem e respeitarem os indivíduos, independentemente de suas características físicas, orgulhando-se da cor de sua pele e relacionando-a à sua história. As professoras e professores devem compreender que eles não precisam necessariamente criar momentos especiais para inserirem a temática em sua sala de aula. Como as rotinas no espaço da educação infantil são flexíveis e sem recorte disciplinar, os educadores poderão introduzir e estimular continuamente atividades onde as crianças negras ou não consigam ter um relacionamento saudável baseado no respeito às diferenças.

## 11 REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e Branquitude no Brasil. IN. CARONE, Irai e BENTO Maria Aparecida Silva (Orgs) Psicologia Social do Racismo. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Lei n.10639, de nove de janeiro de 2003. Altera a lei nº 394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática: "História e Cultura Afro-brasileira" e dão outras providencias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p.1,10 jan.2003.

CORAZZA, S. Diferença Pura de um pós-curriculum. A. e Macedo, E. (Orgs). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2005, p.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (orgs). Multiculturalismo Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. Petrópolis, Vozes, 2008.

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: Visita a África contemporânea. São Paulo: Selo Negro. 2005, p.18.

MACHADO, Sátira P. – Brose, Elizabeth R. Z. *Ifá, o Adivinho*: literatura afro-brasileira no Canal Futura.

Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2010.

OTONNI, José. Clínica Psicanalítica de Crianças e Adolescentes. Ed. Revinter, 2006. Rio de Janeiro. 2ª edição.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. A dialética de ser um bom aluno: relações raciais e o sistema educacional brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. Desenvolvimento humano e relações raciais. Rio de Janeiro: DP&A.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. A História da África na Educação Básica: Almanaque Pedagógico – Referenciais para uma Proposta de Trabalho. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. Reexistência negra e escravidão na educação das relações étnico-raciais. In. DALBEN, Ângela Imaculado L. de F. ; Maria de Fátima C. Gomes. Formação continuada de docentes da educação básica: construindo parcerias (LASEB). Belo Horizonte: Autêntica, p. 113 – 130.

UNICEF “ Dez maneiras de contribuir para uma infância sem racismo”.

## 12 ANEXOS:

### Modelos de questionários e bilhetes

#### 1º Seminário sobre Educação e Relações Étnico-Raciais na Infância

Srs. Pais e ou responsáveis,

Os profissionais da UMEI PARAÚNAS (Unidade Municipal de Educação Infantil), comunicam a todos os membros da comunidade escolar que nas próximas semanas estaremos envolvidos no processo de reeducação sobre Relações Étnico-Raciais.

Lembramos que o ensino da história e Cultura afro-brasileira e Indígena é obrigatório em todas as modalidades de ensino inclusive no espaço de educação infantil.

Com objetivo de deixá-los mais informados, abordaremos a temática nos momentos que antecedem o seminário. Fiquem de olho nas agendas, se dúvidas, enviem bilhetes ou compareçam na escola.

#### **I Seminário sobre Educação e Relações Étnico-Raciais na Infância**

##### **UMEI Paraúnas**

Srs. Pais e/ou responsáveis,

Por Gentileza, leiam com atenção e respondam estes dados serão úteis

Para a escola.

1. Existe racismo no Brasil? Sim ( ) Não ( )
2. Você ou alguém da sua família já foi vítima de racismo? Sim( ) Não ( )
3. Você quer se unir aos profissionais da UMEI e UNICEF na luta contra o racismo ? Sim ( ) Não ( )

Se você disse sim a última resposta, está convidado para:

**O I SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA INFÂNCIA.**

**Direção e coordenação.**



1º Seminário sobre Educação e Relações Étnico-Raciais na Infância

### **Vocabulário Étnico**

**Racismo:** o racismo é a tendência do pensamento, ou o modo de pensar, em que se dá grande importância à noção da existência de raças humanas distintas e superiores umas às outras, normalmente relacionando características físicas hereditárias a determinados traços de caráter e inteligência ou manifestações culturais.

**Preconceito:** preconceito (prefixo pré- e conceito ) é um “juízo” preconcebido, manifestado geralmente na forma de uma atitude “discriminatória” perante pessoas, lugares ou tradições considerados diferentes ou “estranhos”. Costuma indicar desconhecimento pejorativo de alguém, ou de um grupo social, ao que lhe é diferente. As formas mais comuns de preconceito são: social, “racial” e “sexual”.

Fonte: Wikipédia

Queridas colegas,

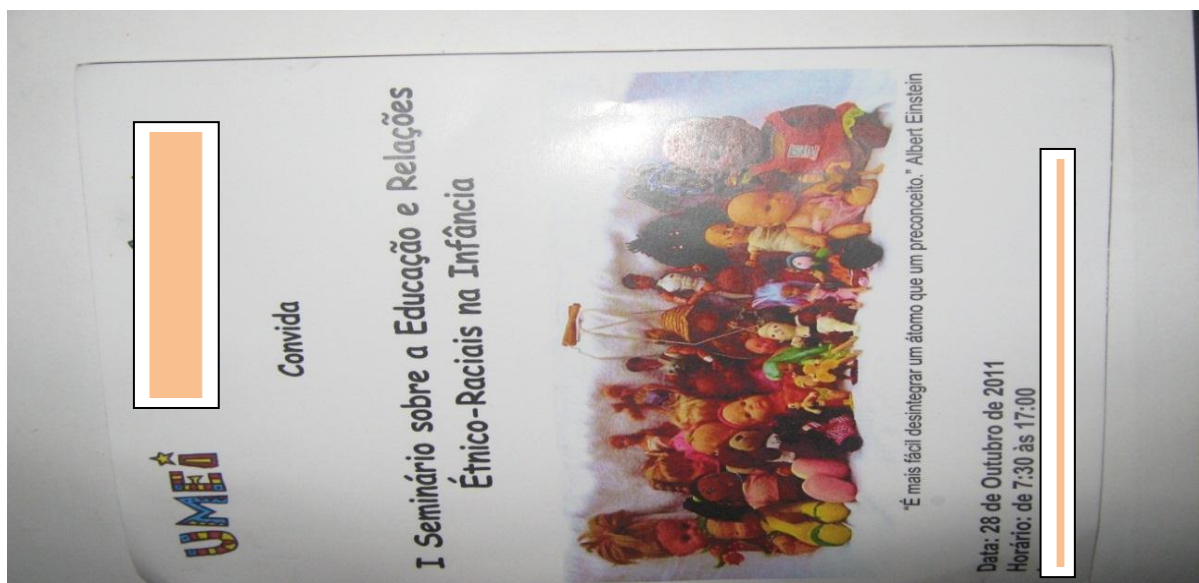
O interesse de realizar o I Seminário sobre Educação e Relações Étnico-Raciais na Infância, surgiu no 1º semestre deste ano, através da oportunidade de ser aluna do LASEB/UFMG em parceria com a PBH. Percebo que discutir relações étnico-raciais no espaço da educação infantil e ir além, incluí-lo no Projeto Político Pedagógico da escola demonstra a visibilidade que a escola quer dar a este tema.

Nosso Seminário terá como referencial a lei 11.645/08 que altera a LDB 9394/96 e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura afro-brasileira e Indígena”. Cabe lembrar, que já contamos com o envolvimento de vários colegas e com o apoio irrestrito da vice-direção, coordenadoras e acompanhante da GERED.

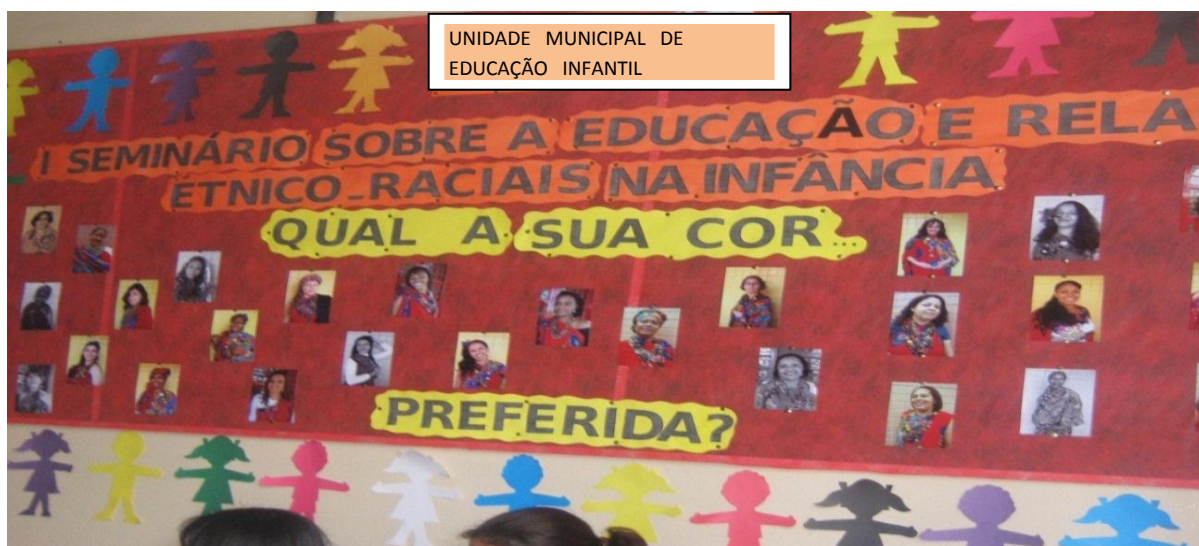
Sendo assim, queremos contar com a presença de vocês no dia do seminário.

Cláudia/ Direção e Coordenação

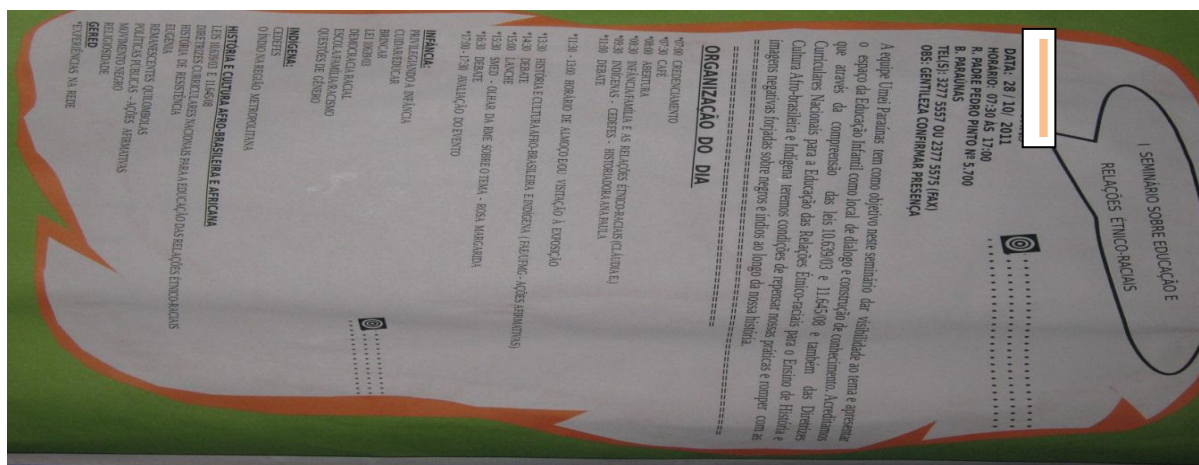
Convite, Mural e cronograma



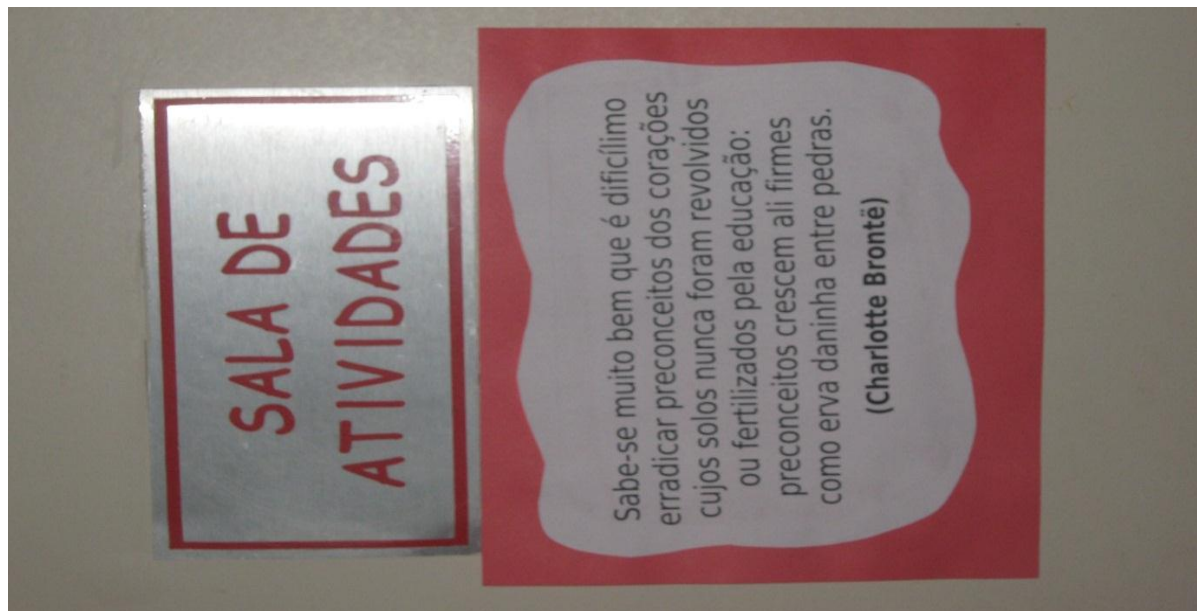
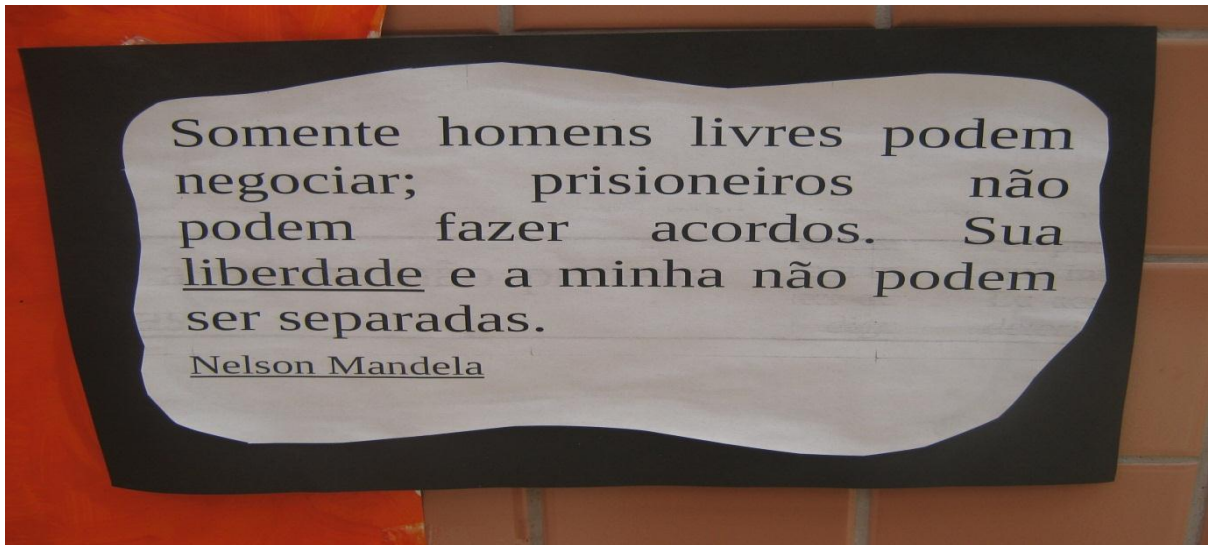
Convite do seminário Criação da Maria Laura



Mural da escola criação da colega Maria Laura



## Frases e cartazes



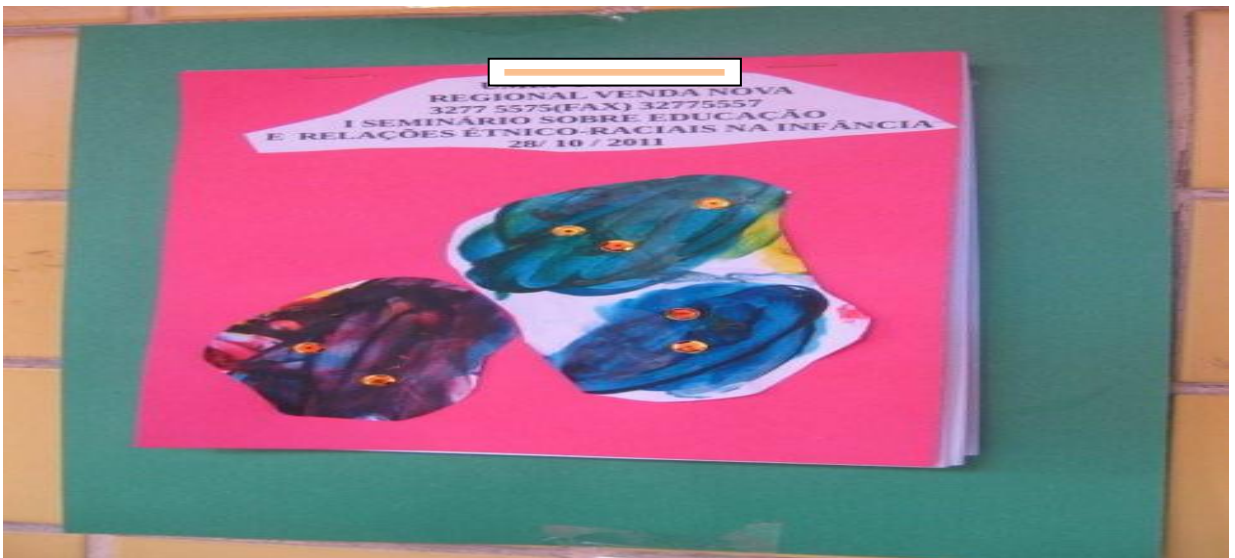
## Pastas do Seminário



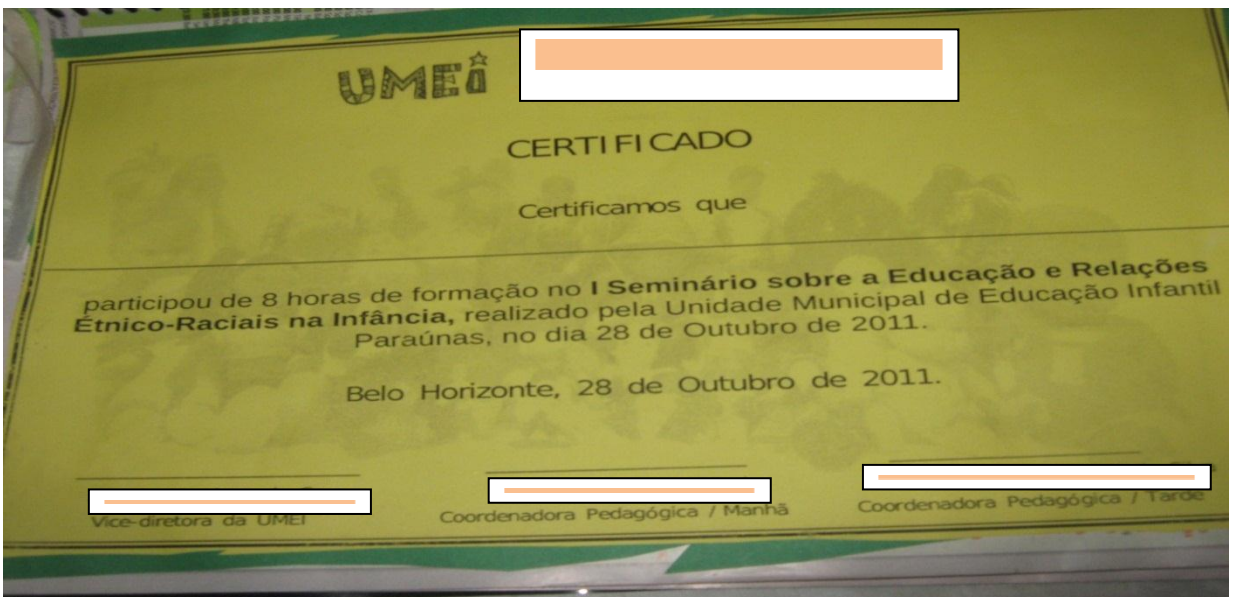
Livros sorteados no Seminário



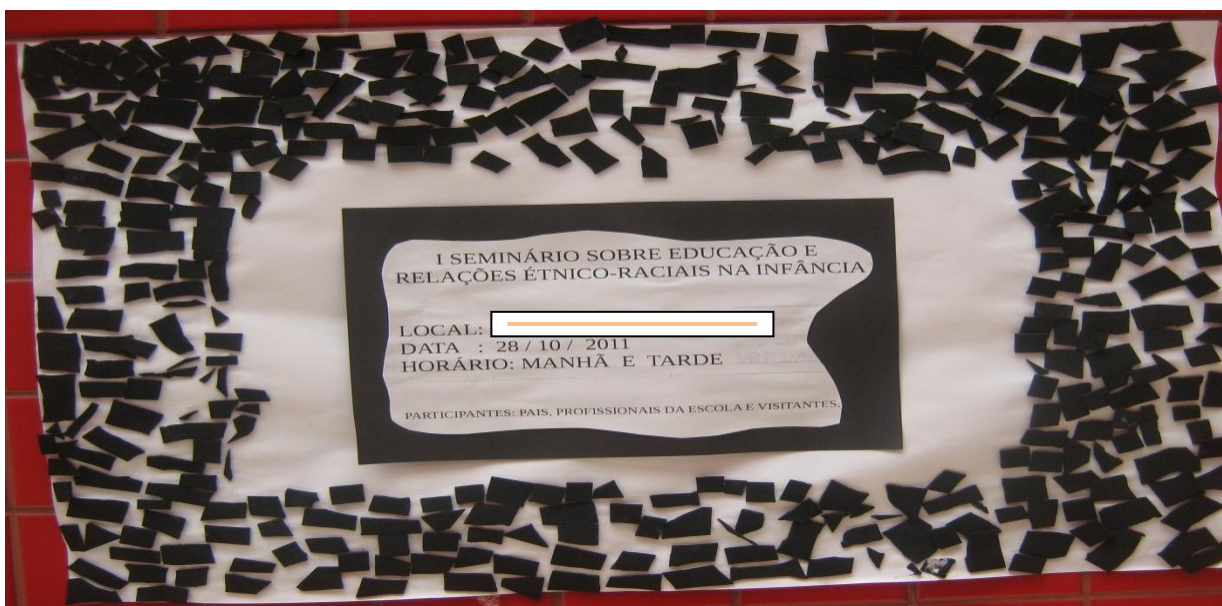
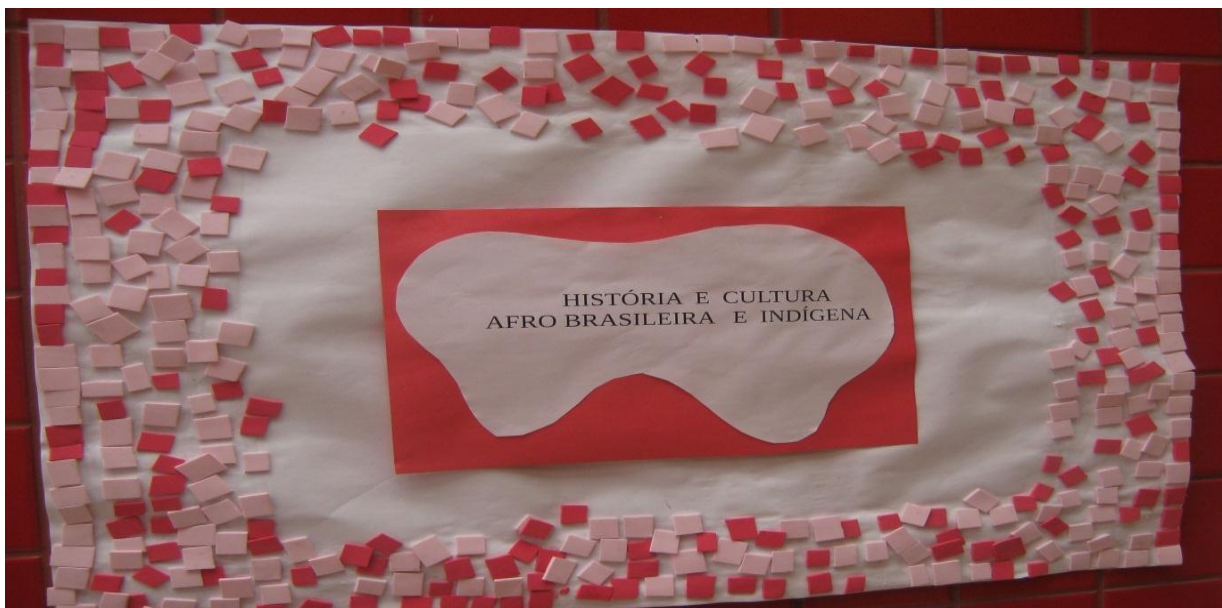
Blocos de anotações (decorados pelos alunos e alunas)



Certificado do seminário



Painel com colagem das crianças



## **11 ANEXO**

*Dez maneiras de contribuir para uma infância sem racismo / UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).*

1. Eduque as crianças para o respeito à diferença. Ela está nos tipos de brinquedos, nas línguas faladas, nos vários costumes entre os amigos e pessoas de diferentes culturas, raças e etnias. As diferenças enriquecem nosso conhecimento.
2. Textos, histórias, olhares, piadas e expressões podem ser estigmatizantes com outras crianças, culturas e tradições. Indigne-se e esteja alerta se isso acontecer – contextualize e sensibilize!
3. Não classifique o outro pela cor da pele; o essencial você ainda não viu. Lembre-se: racismo é crime.
4. Se seu filho ou filha foi discriminado, abrace-o, apoie-o. Mostre-lhe que a diferença entre as pessoas é legal e que cada um pode usufruir de seus direitos igualmente. Toda criança tem o direito de crescer sem ser discriminada.
5. Não deixe de denunciar. Em todos os casos de discriminação, você deve buscar defesa no conselho tutelar, nas ouvidorias dos serviços públicos, na OAB e nas delegacias de proteção à infância e adolescência. A discriminação é uma violação de direitos.
6. Proporcione e estimule a convivência de crianças de diferentes raças e etnias nas brincadeiras, nas salas de aula, em casa ou em qualquer outro lugar.
7. Valorize e incentive o comportamento respeitoso e sem preconceito em relação à diversidade étnico-racial.
8. Muitas empresas estão revendo sua política de seleção e de pessoal com base na multiculturalidade e na igualdade racial. Procure saber se o local onde você trabalha participa também dessa agenda. Se não, fale disso com seus colegas e supervisores.
9. Órgãos públicos de saúde e de assistência social estão trabalhando com rotinas de atendimento sem discriminação para famílias indígenas e negras. Você pode cobrar essa postura dos serviços de saúde e sociais da sua cidade. Valorize as iniciativas nesse sentido.
10. As escolas são grandes espaços de aprendizagem. Em muitas, as crianças e os adolescentes estão aprendendo sobre a história e a cultura dos povos indígenas e da população negra; e como enfrentar o racismo. Ajude a escola de seus filhos a também adotar essa postura. UNICEF

## ■ Lei 10.639/03

- Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

- **"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.**

- § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
- § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

- **"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."**

- Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação
- Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

## ■ Lei 11.645/08

- Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "**História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**". **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

- **"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.**

- § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

- § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras."